

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**AVELINO MENEZES DE CARVALHO FILHO**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO BOMBEIRO MILITAR NA FISCALIZAÇÃO DE  
EDIFICAÇÕES**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**CACOAL – RO  
2017**

**AVELINO MENEZES DE CARVALHO FILHO**

**A RESPONSABILIDADE CIVIL DO BOMBEIRO MILITAR NA FISCALIZAÇÃO DE  
EDIFICAÇÕES**

Monografia apresentada ao curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor M.e Gilson Tetsuo Miyakava.

**CACOAL – RO  
2017**

# **A RESPONSABILIDADE CIVIL DO BOMBEIRO MILITAR NA FISCALIZAÇÃO DE EDIFICAÇÕES**

**AVELINO MENEZES DE CARVALHO FILHO**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia UNIR – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor Mestre Gilson Tetsuo Miyakava - UNIR - Presidente

---

Professora Mestre Sônia Mara Nita - UNIR - Membro

---

Professor Esp. Antonio Paulo dos Santos Filho - UNIR - Membro

Conceito: 92

Cacoal, 12 de dezembro de 2017.

Dedico o presente trabalho aos meus pais Avelino Menezes de Carvalho e Maria de Jesus Soares de Carvalho, pela educação e amor dedicado por toda vida.

Às minhas irmãs: Sulimar, Adriana, Pollyana e Paulicélia, por compartilharem o amor recebido de nossos pais.

À minha amada esposa Frances pelo incentivo incondicional, sem o qual dificilmente lograria êxito nessa caminhada.

Em especial ao nosso filho, fruto de nosso amor, que brevemente chegará ao mundo para alegrar ainda mais nossas vidas.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, por me ajudar nos momentos difíceis e por permitir que finalizasse mais uma etapa de minha vida.

Ao meu orientador, Professor M.e Gilson Miyakava, pela paciência e disponibilidade em transmitir seus conhecimentos.

Ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, pela profissão que aprendi a amar e que me esforço a cada dia para ser um profissional melhor.

A todos companheiros e companheiras da XXIII turma de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, pelos momentos de alegria proporcionados ao longo da graduação.

A todos os professores e demais profissionais da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Professor Francisco Gonçalves Quiles, por superarem as dificuldades que o serviço público impõe e conseguirem proporcionar uma educação de qualidade aos seus acadêmicos.

## RESUMO

Este trabalho aborda sobre o instituto da responsabilidade civil e seu alcance ao bombeiro militar que atua na fiscalização de edificações. Trata-se, essencialmente, de demonstrar quando o bombeiro militar, que exerce a função de vistoriante técnico, pode responder pela falha na sua fiscalização. Para atingir esse objetivo, é feita uma breve análise histórica do instituto da responsabilidade civil, em seguida é realizada uma abordagem sobre a responsabilidade subjetiva e objetiva, construindo alicerces para tratar sobre a responsabilidade do Estado. Cuida-se ainda, de apresentar o serviço de atividades técnicas, delimitado ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, sendo demonstrada a história da Corporação, os fundamentos legais no que tange à segurança contra incêndio e pânico no Estado de Rondônia e os fundamentos doutrinários dessa atividade. Todos esses aspectos reunidos conferem argumentos necessários para, com amparo também na jurisprudência, estabelecer quando o bombeiro militar pode responder a uma ação regressiva, proposta pelo Estado, pela falha na sua atividade de prevenção a incêndio e pânico.

**Palavras-chave:** Atividades técnicas. Bombeiro Militar. Edificações. Fiscalização. Responsabilidade civil.

## **ABSTRACT**

This review addresses the civil responsibility and its reach to military firefighter who operates in the supervision of buildings. Primarily, aims to demonstrate when the firefighter, who performs the function of technical surveyor, can be held responsible by the failure of their supervision. To achieve this goal, a historical analysis was performed about the institute of civil responsibility, and then an approach on subjective and objective responsibility is taken to raise foundations for dealing with State responsibility. Intends to, in the same way, present the technical activities service regarding the Military Fire Brigade of the State of Rondônia, presenting its history, the legal basis with regard to safety against fire and panic at the State of Rondônia and the doctrinal foundations of this activity. All these aspects provide necessary arguments to, with support in the jurisprudence, establish when the military firefighter can respond to a regressive action, proposed by the State, due to its failure in fire and panic prevention activity.

**Keywords:** Technical activities. Military firefighter. Buildings. Supervision. Civil responsibility.

## **LISTA DE SIGLAS**

AVCIP – Auto de Vistoria Contra Incêndio e Pânico

CBMRO – Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia

CGSIM - Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios

IT – Instruções Técnicas

OBM – Organização Bombeiro Militar

PMP – Padrão Mínimo de Projeto

PPCIP – Projeto de Prevenção Contra Incêndio e Pânico

SCI – Segurança Contra Incêndio

SGB – Subgrupamento de Bombeiros

STJ – Superior Tribunal de Justiça



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1 O INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL .....</b>	<b>11</b>
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	11
1.2 RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E SEUS PRESSUPOSTOS .....	15
1.3 RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SEUS PRESSUPOSTOS .....	21
1.4 RESPONSABILIDADE DO ESTADO .....	24
<b>2 O SERVIÇO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DOS CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA .....</b>	<b>27</b>
2.1 BREVE HISTÓRICO DO CBMRO.....	28
2.2 FUNDAMENTOS LEGAIS.....	29
2.3 FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS E TÉCNICOS .....	34
<b>3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO BOMBEIRO MILITAR EM RELAÇÃO À ATIVIDADE TÉCNICA .....</b>	<b>49</b>
3.1 AÇÃO REGRESSIVA CONTRA O BOMBEIRO MILITAR.....	53
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>56</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

A responsabilidade civil do Estado, com fundamento no art. 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, é de natureza objetiva, cabendo-lhe responder pelo dano que seu agente, agindo em razão do serviço, vier a causar a terceiro. Contudo, é assegurado ao Estado o direito de regresso contra seus agentes nos casos de dolo ou culpa. Surge assim, o questionamento de quando é cabível atribuir a responsabilização civil ao bombeiro militar pela falha na fiscalização de prevenção contra incêndio e pânico em edificações.

O presente trabalho visa identificar o amparo legal, doutrinário e também jurisprudencial, quanto ao instituto da responsabilidade civil do bombeiro militar no exercício do seu ofício de fiscalizar edificações com vistas à prevenção de incêndio e pânico, bem como tem o escopo de entender a sistemática desse instituto.

Tendo como objetivo geral, analisar a responsabilidade civil do bombeiro militar no exercício do poder de polícia de fiscalização de edificações, verificando quando é possível atribuir-lhe a responsabilidade por eventuais danos que terceiros possam sofrer pela falha na prevenção de incêndio.

É realizada uma abordagem aos aspectos gerais do instituto da responsabilidade civil, analisando questões relacionadas aos conceitos, natureza jurídica e suas modalidades, construindo alicerces para a discussão central.

Também é enfatizado quanto aos requisitos para a atribuição ou não da responsabilidade civil ao bombeiro militar, evidenciando as ações desenvolvidas por este agente público na função fiscalizatória de edificações, no que tange à prevenção de incêndio e pânico, bem como são estudadas as questões legais atinentes às atividades técnicas desempenhadas pelo bombeiro militar.

O trabalho é delimitado à realidade do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBMRO), porém durante a pesquisa foram consultadas normas de

outras Corporações militares do país, que versem sobre o tema em estudo.

O método de pesquisa deste trabalho é o dedutivo, que parte do geral para o particular. Quanto ao método jurídico-filosófico, optou-se pela dogmática, que considera o Direito com autossuficiência metodológica e por essa razão, somente os elementos internos ao ordenamento são trabalhados.

A elaboração do presente trabalho foi realizada com base em pesquisa bibliográfica, utilizando-se materiais já publicados, tais como livros, monografias, matérias disponíveis na rede mundial de computadores, legislações, regimentos internos, etc. Almejando responder ao problema central e atingir os objetivos.

No primeiro capítulo, é realizada a explanação do instituto da responsabilidade civil, suas modalidades e pressupostos. No segundo capítulo, explana-se sobre os fundamentos doutrinários e legais relativos à atividade técnica do bombeiro militar. E no terceiro e último capítulo, é realizada a ligação existente entre a responsabilidade civil e o bombeiro militar que exerce a função de vistoriante técnico.

Nesse contexto, o objetivo geral do trabalho é atingido e constata-se quando o bombeiro militar pode vir a responder civilmente pelos seus atos fiscalizatórios em edificações.

## 1 O INSTITUTO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O instituto da responsabilidade civil integra o direito obrigacional, pois a prática de um ato ilícito acarreta uma obrigação para o agente do ato, a de efetivar a reparação do dano causado (GONÇALVES, 2012).

Conforme Nader (2016, p. 34), o termo responsabilidade civil possui significado específico: “refere-se à situação jurídica de quem descumpriu determinado dever jurídico, causando dano material ou moral a ser reparado”.

A palavra “responsabilidade” provém do verbo latim *respondere*, cujo o significado refere-se à obrigação que uma pessoa tem de assumir as responsabilidades jurídicas de sua atividade. Contém, também, a raiz latina de *spondeo*, que de acordo com o Direito Romano, vincula o devedor nos contratos verbais (GAGLIANO, 2014).

Afirma Gagliano (2014, p. 44):

Responsabilidade, para o Direito, nada mais é, portanto, que uma obrigação derivada — um dever jurídico sucessivo — de assumir as consequências jurídicas de um fato, consequências essas que podem variar (reparação dos danos e/ou punição pessoal do agente lesionante) de acordo com os interesses lesados.

Portanto, depreende-se que o instituto da responsabilidade civil surge como uma consequência jurídica patrimonial decorrente do descumprimento de uma obrigação, muito embora possa existir aquela independente desta.

### 1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

De acordo com Nader (2016) o ser humano carrega consigo o sentimento de justiça desde a sua origem, assim como também o sentimento de indignação, revolta e vingança em relação àqueles que atentam contra sua incolumidade física, moral ou patrimonial. No início da raça humana, as reações às agressões ou danos sofridos eram imprevisíveis, ou seja, inexistiam critérios estabelecidos.

Destarte, Nader (2016, p. 81) ao discorrer sobre esse assunto, leciona que nos primórdios “o revide se achava consagrado nos costumes e se fazia de acordo com a ira e na medida das forças da vítima ou de pessoa a ela ligada. Era a vingança pessoal ou *faida* [...]. A justiça praticada era inteiramente privada”.

Levando-se em consideração esses aspectos, observa-se que havia a reparação do mal pelo mal, ou seja, a vingança da própria vítima contra aquele que a causava um prejuízo, inexistindo a mínima noção de ressarcimento ou culpa, características próprias da vingança privada.

Em virtude disso, houve a necessidade da intervenção por parte do Estado nas relações entre particulares e desse modo, a vingança passou a ser regrada. “O Código de Hamurabi foi o primeiro na história em que predominam ideias claras sobre direito e economia” (VEIT VALETIM *apud* GAGLIANO, 2014, p. 111). “Trata-se de um sistema codificado de leis, surgido na Mesopotâmia, através do rei da Babilônia, Hamurabi (1792-1750 a.C.), também conhecido por Kamo-Rábi, que reviu, adaptou e ampliou diversas leis sumérias e acadianas” (GAGLIANO, 2014, p. 111).

“Se a reação não pudesse acontecer desde logo, sobrevinha a vindita imediata, posteriormente regulamentada e que resultou na pena de talião, do ‘olho por olho, dente por dente’” (GONÇALVES, 2012, p. 25).

Conforme Gagliano (2014) o princípio do Código de Hamurabi era de que “o forte não prejudicaria o fraco”, demonstrando a preocupação em garantir ao ofendido uma reparação equivalente ao dano sofrido.

Nesse sentido, Nader (2016, p. 81) afirma:

Foi com a Lei de Talião que surgiu, historicamente, o primeiro critério de ressarcimento de danos, que não se apoiava na Moral Natural. Pelo princípio estabelecido, haveria igualdade entre o mal infligido e a consequência a ser aplicada ao agente.

Percebe-se que a aplicação da Lei de Talião resultava por gerar dois danos tentando-se reparar um. Destarte, com o passar do tempo, houve uma evolução nesse aspecto, surgindo então a composição entre as partes, que inicialmente era voluntária e posteriormente passou a ser tarifada (NADER, 2016).

Dito de outra maneira, conforme Pontes de Miranda (*apud* NADER, 2016, p. 83): “À medida que os círculos sociais se consolidam (tribos, nações de tribos, cidades, Estados), as composições voluntárias são substituídas pelas composições legais. O interesse do ofendido passa a ser menos relevante que o da coletividade”. Assim, “a composição tarifada foi adotada pela Lei das XII Tábuas, fixando, para cada tipo de lesão, o quantum a ser pago pelo ofensor. Nesta prática, pode-se

identificar o **embrião da responsabilidade civil**” (NADER, 2016, p. 83) [grifo nosso].

Prossegue Nader (2016, p. 83):

Embora se possa ver na Lei das XII Tábuas o embrião da responsabilidade civil, foi com a Lex Aquilia, entretanto, como anota José de Aguiar Dias, que se formou o esboço dos princípios orientadores da responsabilidade extracontratual (extranegocial), também designada aquiliana.

Ensina Venosa (2012), que o divisor de águas na evolução histórica da responsabilidade civil ocorreu com a criação da *Lex Aquilia* (Lei Aquilí). Para o autor, esse diploma obteve ampla dimensão na época de Justiano, como uma verdadeira panaceia jurídica, ao considerar o ato ilícito uma figura autônoma deu origem à moderna concepção da responsabilidade extracontratual.

Da interpretação da Lei Aquilí, o sistema romano extraiu o princípio pelo qual se pune a culpa por danos injustamente provocados, seja qual for a relação obrigacional preexistente. Originou-se a responsabilidade extracontratual fundada na culpa, razão pela qual se denomina responsabilidade aquiliana, mesmo havendo um grande distanciamento entre a compreensão da lei aquiliana e a responsabilidade civil do século XXI.

Assim, Venosa (2012, p. 14) assevera:

A Lex Aquilia foi um plebiscito aprovado provavelmente em fins do século III ou início do século II a.C., que possibilitou atribuir ao titular de bens o direito de obter o pagamento de uma penalidade em dinheiro de quem tivesse destruído ou deteriorado seus bens. Como os escravos eram considerados coisas, a lei também se aplicava na hipótese de danos ou morte deles. Punia-se por uma conduta que viesse a ocasionar danos. A ideia de culpa é centralizadora nesse intuito de reparação. Em princípio, a culpa é punível, traduzida pela imprudência, negligência ou imperícia, ou pelo dolo. Mais modernamente a noção de culpa sofre profunda transformação e ampliação.

O Código de Napoleão (Código Civil Francês, de 21 de março de 1804) ampliou o sentido atribuído à responsabilidade civil. Nesse diapasão, Nader (2016, p. 86) afirma:

Ao regular a responsabilidade civil, o Código de Napoleão distingue as figuras do delito e quase delito. Na primeira, o ato ilícito é praticado dolosamente, enquanto na segunda, mediante culpa *stricto sensu*, ou seja, por negligência ou imprudência. O ilícito penal pode caracterizar o ilícito civil, mas para tanto é indispensável o dano.

Para Nader (2016), com base nos artigos 1.384 e 1.385 do Código

Napoleônico, a jurisprudência criou a teoria da presunção absoluta de culpa contra a qual não se admitia prova contraditória, também conhecida como teoria objetiva. Assim, o autor retromencionado (2016, p. 86), afirma:

A adoção da teoria objetiva, na França, teve o seu marco em uma decisão da Corte de Cassação que, pelo Tribunal Pleno, em 13 de fevereiro de 1930, admitiu que, em casos de acidentes de automóveis, o condutor somente podia liberar-se da responsabilidade pelos danos causados provando a ocorrência de caso fortuito ou de outra causa que lhe fosse estranha. Em outras palavras, não competia à vítima a prova de culpa (*lato sensu*) do agente.

O código germânico também teve sua parcela de contribuição na construção da definição da responsabilidade civil. De acordo com Gonçalves (2012), foi na Alemanha que houve o início a distinção entre obrigação e responsabilidade, desmembrando-se a relação obrigacional em dois momentos: o primeiro, o do débito (*Schuld*), correspondente ao ato obrigacional de realizar a prestação e que depende da ação ou omissão do devedor; o segundo, o da responsabilidade (*Haftung*), no qual é facultado ao credor alcançar, através da execução, o patrimônio do devedor para a obtenção do pagamento devido ou buscar a indenização pelos prejuízos sofridos em razão do inadimplemento da obrigação previamente acordada.

No Brasil, o Código Criminal de 1830, que tinha o caráter de código civil e criminal concomitantemente, previa a reparação natural ou a indenização, a previsão de juro reparatório, a solidariedade, dentre outros aspectos reparatórios (GONÇALVES, 2012).

Nader (2016, p. 90), afirma que no Código Civil de 1916 o suposto ou hipótese da norma jurídica era integrados pelos seguintes elementos: “a) conduta por ação ou omissão; b) prejuízo a outrem ou violação de direito; c) dolo, imprudência ou negligência do agente”.

Assim, como consequência da violação da norma havia o dever de reparação do dano. Deixou-se de considerar ilícito o ato praticado em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido, excluindo-se a ilicitude do agente quando for lesiva aos bens materiais, porém com o fito de remover perigo iminente (NADER, 2016).

Nota-se, que a inserção da culpa como elemento fundamental da responsabilidade civil aquiliana, em objeção ao objetivismo excessivo do direito primitivo, desconsiderando a concepção de pena para substituí-la, aos poucos, pela

ideia reparatória ao dano sofrido, foi inserida no Código Civil de Napoleão e influenciou



legislações em todo o mundo, como é o caso do Código Civil Brasileiro de 1916 (GAGLIANO, 2014).

Entretanto, a teoria clássica da culpa não conseguia abranger todos os casos da vida cotidiana, haja vista os inúmeros casos nos quais os danos ocorriam sem reparação devido à impossibilidade de comprovação do ânimo do agente causador do dano (GAGLIANO, 2014).

Por essa razão, através da jurisprudência surgiram novas soluções ampliando a definição de culpa e até mesmo acolhendo, excepcionalmente, novas teorias dogmáticas que preconizavam a reparação do dano decorrente do risco criado, seja pelo fato ou em virtude dele (GAGLIANO, 2014).

Essas teorias, passaram a ser recepcionadas pelas legislações mais modernas, sem olvidar a teoria tradicional da culpa, sendo inclusive adotada pelo Código Civil Brasileiro de 2002.

## 1.2 RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E SEUS PRESSUPOSTOS

Para Nader (2016), a responsabilidade subjetiva é a regra que predomina no ordenamento pátrio. Nesta modalidade, o dever de reparação pressupõe o dolo ou a culpa do agente. Destarte, se o dano foi provocado pela própria pessoa que o sofreu, não cabe o dever reparatorio em hipóteses de caso fortuito ou força maior.

Nessa modalidade cabe à vítima comprovar todos os requisitos que integram o ato ilícito, inclusive os danos sofridos. Nesse diapasão, Gagliano (2014, p. 55) assevera: “A responsabilidade civil subjetiva é a decorrente de dano causado em função de ato doloso ou culposo”.

Gagliano (2014), afirma também que por ter natureza civil, a culpa será caracterizada no momento em que o agente originador do dano, atuar com negligência ou imprudência, nos termos do art. 186 do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002):

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Assim, a responsabilidade subjetiva se apoia na ideia de culpa. A prova da culpa do agente corresponde ao pressuposto necessário do dano que deve ser

indenizado. Dado o exposto, a responsabilidade do causador do dano somente estará

configurada se agiu com dolo ou culpa (GONÇALVES, 2012).

Jean Carbonnier (*apud* NADER, 2016, p. 57), ao versar sobre a responsabilidade subjetiva assentou: “está sujeita a uma investigação psicológica e a uma apreciação moral”. Portanto, a constatação da culpa decorre da análise da intenção do agente causador do dano.

Desta forma, se faz necessário o estudo dos pressupostos da responsabilidade subjetiva, que são eles: a conduta humana, o ato ilícito, a culpa, a relação de causalidade e o dano.

Stolze (2014), afirma que é fácil entender que a ação (ou omissão) humana voluntária é pressuposto necessário para a configuração da responsabilidade civil, sendo essa conduta positiva (ação) ou negativa (omissão), de acordo com a vontade do agente que ocasiona um dano. Desse modo, de acordo com o entendimento do autor, trata-se do primeiro elemento da responsabilidade civil.

Venosa (2012, p. 24), assevera que “o ato de vontade, contudo, no campo da responsabilidade deve revestir-se de ilicitude”. Para o autor, na responsabilidade subjetiva o centro de exame é o ato ilícito, sendo que na responsabilidade objetiva, o ato ilícito mostra-se incompleto, pois é retirado o substrato da culpa. De acordo com Nader (2016, p. 98), “o conceito de ato ilícito pode ser examinado sob duas perspectivas principais: doutrinária ou legal”.

O Código Civil de 2002, define o ato ilícito em seu artigo 186, conforme citado alhures. O artigo 187, do mesmo diploma legal, dispõe que “também comete ato ilícito quem abusa de seu direito” (BRASIL, 2002). Portanto, ato ilícito é fonte de obrigação, de indenizar ou ressarcir o dano causado. Incorre como infração a um dever de conduta, seja por ação ou omissão do agente, resultando em dano a outrem (GONÇALVES, 2012).

Outro pressuposto da responsabilidade civil subjetiva é a culpa. Nesse diapasão, conforme disposto no retromencionado artigo 186 do Código Civil, para que seja configurado o ato ilícito, é necessário que a conduta do agente seja “voluntária” ou pelo menos, que seja configurada a imprudência ou negligência desse agente.

Para Gonçalves (2012, p. 295), a culpa implica em um dever de diligência, ou seja, a violação desse dever:

Agir com culpa significa atuar o agente em termos de, pessoalmente,

merecer a censura ou reprovação do direito. E o agente só pode ser pessoalmente censurado, ou reprovado na sua conduta, quando, em face das circunstâncias concretas da situação, caiba a afirmação de que ele podia e devia ter agido de outro modo.

Se a atuação desastrosa do agente é deliberadamente procurada, voluntariamente alcançada, diz-se que houve culpa *lato sensu* (dolo). Se, entretanto, o prejuízo da vítima é decorrência de comportamento negligente e imprudente do autor do dano, diz-se que houve culpa *stricto sensu*.

Culpa é o elemento subjetivo da conduta, em sentido amplo. Em se tratando de responsabilidade civil, a conduta é dolosa ou voluntária, quando o causador do dano age de forma intencional. Tal conduta é chamada culpa delitual (NADER, 2016).

Quando se fala de responsabilidade subjetiva, a culpa em sentido amplo é um dos elementos essenciais à formação do ato ilícito. Caso o agente não tenha participação no fato, advindo o ato de culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, ou ainda, de caso fortuito ou força maior, não há que se falar em responsabilidade por danos provenientes de outrem. Somente nas hipóteses previstas em lei responderá por atos de terceiros, como nos casos de falta de vigilância (culpa *in vigilando*) do Estado que não fiscaliza seus agentes, de má escolha (culpa *in eligendo*) quando o Estado escolhe mal seus contratados, por exemplo, bem como de coisas inanimadas ou de animais sob a sua guarda (culpa *in custodiendo*) (NADER, 2016).

Prossegue Nader (2016), asseverando que a culpa *stricto sensu*, também chamada quase delitual, ocorre por negligência, imprudência ou imperícia. Na primeira hipótese, negligência, quando o agente é omissos ou age com incúria. Na segunda hipótese, imprudência, o agente não observa a cautela necessária, gerando riscos a ele próprio e à coletividade. Na terceira hipótese, imperícia, o agente inobserva os conhecimentos técnicos que se presume que possui. Assim, entende-se que no dolo o agente tem consciência e almeja o resultado prejudicial a outrem, na culpa apenas age de modo determinante, sem, contudo, prever ou desejar o resultado.

“A essência da culpa é a previsibilidade e a evitabilidade do fato lesivo a outrem” (NADER, 2016, p. 139). Portanto, quando se trata de responsabilidade subjetiva é irrelevante a intensidade da culpa na fixação da quantia devida, haja vista que a indenização deve ser proporcional ao prejuízo. Destarte, em conformidade com os danos sofridos pela vítima deve ser determinado o valor da condenação.

Ao juiz cabe estabelecer o equilíbrio entre a gravidade da culpa do agente e os danos causados (NADER, 2016). O Código Civil de 2002, em seu artigo 944, parágrafo único, nesse sentido dispõe (BRASIL, 2002):

Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano.

Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização.

Venosa (2012), ao discorrer sobre o assunto, afirma que a doutrina tradicional divide a culpa em três graus, a saber: grave, leve e levíssima. Assegura que a culpa é grave quando expressa de forma grosseira, quase próxima ao dolo, incluindo nessa modalidade, a culpa consciente, nos casos em que o agente assume o risco de que o evento danoso e previsível não irá acontecer. Prossegue o retromencionado autor, afirmando que culpa leve é aquela caracterizada pela infração de um dever de conduta relativa ao homem médio, ou seja, situações nas quais o homem comum não cometeria transgressão ao dever de conduta. Por derradeiro, afirma que a culpa levíssima é caracterizada pela falta de atenção extraordinária, hipótese em que somente uma pessoa extremamente hábil e perita, com conhecimento técnico especializado para o caso em concreto, poderia se ater e evitar o dano.

Desse modo, o elemento culpa pode ser considerado *in abstracto*, espécie em que os paradigmas de avaliação da conduta do agente são com base nas ações do homem médio, ou *in concreto*, espécie na qual relevante é o exame das condições do agente, do seu grau de compreensão e de sua possibilidade de atuar de modo diverso, sem causar prejuízos a outrem (NADER, 2016).

Em relação ao nexo de causalidade, trata-se da relação de causa e efeito entre a ação ou omissão do agente e o dano. De acordo com Nader (2016, p. 156), “a causalidade é o reconhecimento de que a conduta imputada a alguém foi a determinante do dano, ou seja, a conduta imputada constitui a causa da qual o dano figura como efeito”.

A causalidade possui aspecto objetivo, pois aponta a ligação entre a ação ou omissão e o dano. Sem a sua identificação, a responsabilidade será excluída. Assim, são excludentes de responsabilidade, que obstem a existência do nexo causal: a culpa exclusiva da vítima, o fato de terceiro, o caso fortuito e a força maior. Venosa (2012, p. 55), afirma que “são situações que a doutrina costuma denominar

de rompimento do nexo causal”.

Stolze (2014), ao discorrer sobre o nexo de causalidade, afirma que o Código Civil brasileiro adotou a teoria da causalidade direta ou imediata (teoria da interrupção do nexo causal). Gonçalves (2012, p. 329) assevera que “segundo tal teoria, cada agente responde, assim, somente pelos danos que resultam direta e imediatamente, isto é, proximamente, de sua conduta”. Este autor, ratifica seu posicionamento citando o art. 403, do Código Civil (BRASIL, 2002):

Art. 403 – Ainda que a inexecução resulte de dolo do devedor, as perdas e danos só incluem os prejuízos efetivos e os lucros cessantes por efeito dela direto e imediato, sem prejuízo do disposto na lei processual.

Gonçalves (2012) complementa seu posicionamento afirmando que o chamado “dano remoto” não é indenizável, ou seja, a consequência indireta do inadimplemento, envolvendo lucros cessantes para cuja caracterização tivessem que concorrer outros fatores.

Logo, interpreta-se que o legislador brasileiro ao adotar a teoria do dano direto e imediato objetivou impor limites às consequências sofridas pelo agente causador do dano, de certa forma, impedindo que este tenha responsabilidade ilimitada.

Por derradeiro, um outro pressuposto da responsabilidade subjetiva trata-se do **dano**. Nesse sentido Gagliano (2014, p. 82), assegura: “Indispensável a existência de dano ou prejuízo para a configuração da responsabilidade civil”. De acordo com Nader (2016, p. 109) “o vocábulo dano provém do latim *damnum* e significa lesão de natureza patrimonial ou moral”.

Agostinho Alvim (*apud* GONÇALVES, 2012) ao trata sobre o tema, assevera que o termo “dano”, em sentido amplo, significa a lesão de qualquer bem jurídico. Por extensão de interpretação, inclui-se o dano moral. Porém, em sentido estrito, o autor afirma que dano é a lesão do patrimônio, consistindo este no conjunto das relações jurídicas de uma pessoa, apreciáveis em dinheiro. Prossegue, afirmando que a matéria do dano se liga à da indenização, assim, em termos de responsabilidade civil, só interessa o estudo do dano indenizável.

A caracterização do dano é independente de sua dimensão, desde um pequeno prejuízo até o de grande expressão, estão sujeitos à reparação. Para Nader (2016) o dano suscetível de reparação é o dano injusto, sendo consideradas

lícitas as lesões provocadas em legítima defesa, no exercício regular de direito ou com o fito de remover perigo iminente, desde que atendendo aos limites indispensáveis e existindo a conduta. O art. 188 do Código Civil, nesse sentido dispõe (BRASIL, 2002):

Art. 188. Não constituem atos ilícitos:

I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido;

II - a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente.

Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo.

Ao contrário da culpa ou do risco, o dano é condição essencial para a configuração da responsabilidade civil. Se não houver sua comprovação, não há que se falar em responsabilização de quem quer que seja.

### 1.3 RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SEUS PRESSUPOSTOS

De acordo com Nader (2016, p. 57) a responsabilidade subjetiva, por si só, não é capaz de atender aos anseios de uma sociedade:

A responsabilidade subjetiva não satisfaz plenamente ao anseio de justiça nas relações sociais. Há atividades no mundo dos negócios que implicam riscos para a incolumidade física e patrimonial das pessoas. Com base na culpa, tais danos ficariam sem qualquer reparação; daí o pensamento jurídico haver concebido a teoria do risco ou responsabilidade objetiva, para a salvaguarda das vítimas.

Dessa forma, surge a chamada responsabilidade objetiva, para as situações nas quais não há necessidade de caracterização da culpa. Gonçalves (2012) assenta que nessa espécie de responsabilidade, torna-se irrelevante a análise jurídica de dolo ou culpa da conduta do agente causador do evento danoso, considerando que basta o liame causal entre o dano e a conduta para caracterizar a responsabilidade e conseqüentemente o dever de indenizar.

Gonçalves (2012, p. 46), ao discorrer sobre a responsabilidade objetiva, afirma que “a teoria do risco é uma das teorias que tentam justificá-la e que, segundo esta teoria, todo aquele que exerce uma atividade, cria um risco de causar um eventual dano a terceiro”. Assim, deve ser obrigado a reparar o dano a que der causa, mesmo sendo isento de culpa. Nesse caso, a responsabilidade civil se modifica da noção de culpa para a ideia de risco, denominado pelo autor como “risco-proveito”, fundado no princípio segundo o qual o responsável que se beneficiar de uma atividade que deve então reparar o dano causado a outrem. Complementa o retromencionado autor, afirmando que genericamente denomina-se “risco criado” a subordinação que está aquele que, sem considerar a culpa, expor a terceiro a suportá-lo.



No entendimento de Gonçalves (2012) o fundamento da responsabilidade objetiva está no princípio de equidade, proveniente dos ensinamentos do direito romano, assim complementa: “aquele que lucra com uma situação deve responder pelo risco ou pelas desvantagens dela resultantes (*ubi emolumentum, ibi onus; ubi commoda, ibi incommoda*). Quem auferir os cômodos (ou lucros), deve suportar os incômodos (ou riscos)” (GONÇALVES, 2012, p. 28). Reale (*apud* GONÇALVES, 2012, p. 48) na ocasião da elaboração do Projeto de Lei n. 634-B/75, que deu origem ao Código Civil vigente no Brasil, proferiu a seguinte orientação:

Responsabilidade subjetiva, ou responsabilidade objetiva? Não há que fazer essa alternativa. Na realidade, as duas formas de responsabilidade se conjugam e se dinamizam. Deve ser reconhecida, penso eu, a responsabilidade subjetiva como norma, pois o indivíduo deve ser responsabilizado, em princípio, por sua ação ou omissão, culposa ou dolosa. Mas isto não exclui que, atendendo à estrutura dos negócios, se leve em conta a responsabilidade objetiva. Este é um ponto fundamental.

Dessa forma, conforme entendimento do conceituado jurista brasileiro, a responsabilidade subjetiva e a responsabilidade objetiva se dinamizam e se conjugam, não havendo razão para optar por uma em detrimento da outra. Nesse aspecto o Código Civil vigente parece estar coerente com o raciocínio de Miguel Reale, haja vista que predominam os casos nos quais a responsabilidade subjetiva é aplicada, como também há casos determinados nos quais a responsabilidade objetiva é aplicada ao caso concreto.

Considerando o que afirma Nader (2016, p. 139): “a culpa *lato sensu* não é imprescindível ao ato ilícito, pois a Lei Civil admite a responsabilidade objetiva, onde a culpa é substituída por risco”. Nesse sentido, a culpa deu lugar ao risco, pelas razões que serão expostas abaixo.

Para Nader (2016), a culpa como fundamento da responsabilidade, perdurou soberana enquanto satisfaz, em termos históricos, os anseios sociais de justiça frente aos casos concretos apresentados. Com supedâneo na moral e na religião, era natural que as legislações somente penalizassem o autor do dano, quando movido pelo *animus* de praticá-lo, seja por ato voluntário ou mediante imprudência, negligência ou imperícia.

Entretanto, face o desenvolvimento da sociedade, no curso do século XIX, a responsabilidade civil objetiva impôs uma modificação dos antigos paradigmas da legislação, diante de um cenário em que a culpa se mostrou insuficiente para

atender as novas demandas de uma sociedade modernizada e geradora de riscos (NADER, 2016).

Gonçalves (2012, p. 27) ao comentar sobre o tema, afirmou:

Nos últimos tempos ganhou terreno a chamada teoria do risco, que, sem substituir a teoria da culpa, cobre muitas hipóteses em que o apelo às concepções tradicionais se revela insuficiente para a proteção da vítima. A responsabilidade é encarada sob o aspecto objetivo: o operário, vítima de acidente do trabalho, tem sempre direito à indenização, haja ou não culpa do patrão ou do acidentado. O patrão indeniza, não porque tenha culpa, mas porque é o dono da maquinaria ou dos instrumentos de trabalho que provocaram o infortúnio.

Na época da Revolução Industrial (entre os séculos XVIII e XIX), concomitantemente com a criação de riscos de novas modalidades de acidentes, aumentava a dificuldade de prova da culpa, devido à complexidade das novas máquinas. A demonstração da culpa exigia conhecimentos técnicos do funcionamento das máquinas, o que as vítimas, operários de modo geral, quase sempre não detinham. À época da promulgação do Código de Napoleão, período em que o processo de industrialização estava no início, a teoria subjetiva atendia satisfatoriamente aos ideais de justiça (GONÇALVES, 2012).

Assim, a teoria do risco expressa a ideia do exercício de atividade perigosa, como fundamento da responsabilidade civil, sendo o agente que assume o exercício dessa atividade, obrigado a indenizar os danos que porventura possam ser ocasionados a terceiros em decorrência de sua atividade (GONÇALVES, 2012).

Nader (2016), ensina que com fundamento no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, a teoria objetiva é consagrada nesse dispositivo legal. A lei dispõe que o dano indenizável é aquele decorrente de uma atividade normalmente geradora de riscos, tornando-se dispensável a culpa, haja vista que o agente será responsabilizado em razão de possuir o controle da fonte geradora. Para defender-se, o agente somente poderá alegar a ausência de causalidade entre a atividade geradora de risco e o dano. Não será aproveitada a prova de que tomou dos os cuidados para que o dano fosse evitado, pois se trata de responsabilidade objetiva.

Dessa maneira, conforme supracitado, o artigo 927, parágrafo único, dispõe sobre a responsabilidade objetiva em função do risco (BRASIL, 2002):

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Nader (2016) ao comentar sobre as críticas contrárias à teoria do risco, assegura que, quanto ao argumento de que falta um fundamento moral por imposição de reparação do dano a quem não teve culpa, essa crítica não é procedente, haja vista que não se aplica a todas as hipóteses a dispensa de culpa aplicando-se somente quando o agente desenvolve atividade que, por sua peculiaridade, gera riscos à incolumidade das pessoas. Para o autor, não seria justo que as vítimas, sem contribuírem para o dano, tivessem que arcá-lo sozinhas. Complementa ainda que essa imposição é de natureza ética.

Pelo exposto, constata-se que a teoria do risco almejou justificar a responsabilidade objetiva. Por essa teoria, a responsabilidade civil deslocou-se da noção de culpa para a ideia de risco, ora entendido como risco proveito, com base no princípio de que é reparável o dano causado a terceiro como consequência de uma atividade exercida em prol do responsável; ora entendido como risco criado, subordinando o agente, independentemente de culpa, que expuser alguém a suportá-lo (GONÇALVES, 2012).

Considerando esses aspectos, ainda no século XX, o Estado brasileiro adota a teoria do risco administrativo que, em síntese, atribui a responsabilidade ao Estado pelos danos que seus agentes causarem no exercício da função pública.

#### 1.4 RESPONSABILIDADE DO ESTADO

O artigo 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, estabelece a responsabilidade do Estado pelos danos que seus agentes, agindo como seu representante, causarem a terceiros, garantido o direito de regresso contra o agente responsável pelos danos, nos casos de dolo ou culpa, conforme abaixo (BRASIL, 1998):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus

agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Consoante o texto constitucional, o Código Civil de 2002, estabelece regra semelhante (BRASIL, 2002):

Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo.

Gonçalves (2012) ao tratar sobre o tema, afirma a responsabilidade civil do Estado é objeto de estudo, além do direito civil, tanto do direito constitucional quanto do direito administrativo. Conforme este autor, nos primórdios subsistia o princípio da irresponsabilidade absoluta do Estado e, com a evolução da sociedade, alcançou o da responsabilidade objetiva, tanto que está consagrada pelo texto constitucional.

Nader (2016, p. 393) assevera que: “O fato, pelo qual se possa imputar responsabilidade, há de ser danoso; não é suficiente a ilegalidade de um ato administrativo para que alguém pleiteie ressarcimento”. Conforme posicionamento deste autor, para que reste responsabilidade ao Estado, a conduta danosa deve ser imputada a um agente público, sendo que este deve praticá-la no exercício da função pública e não por interesse particular.

Destarte, conclui Nader (2016, p. 393):

É desinfluyente, para a responsabilidade civil do Estado, tenha o seu agente atuado ou não com dolo ou culpa, pois a sua responsabilidade é objetiva. O nosso ordenamento consagra o princípio do risco administrativo. Como os ilícitos em geral, os da Administração Pública comportam também excludentes de responsabilidade.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro ora exposto, bem como o posicionamento da corrente doutrinária majoritária, não restam dúvidas que a responsabilidade civil adotada pelo constituinte é essencialmente objetiva; daí o imperativo ressarcimento pelos danos independentemente do elemento culpa. Ressalva-se que se ficar comprovado que houve “culpa exclusiva da vítima” a pretensão reparatoria será soterrada, em função do rompimento do nexo de causalidade (STOLZE, 2014).

Nesse diapasão, Gonçalves (2012, p. 131) afirma: “A Constituição Federal adotou a teoria da responsabilidade objetiva do Poder Público, mas sob a modalidade do risco administrativo”. Portanto, não houve a adoção da teoria da

responsabilidade objetiva sob a modalidade integral, pela qual há obrigação de indenizar em qualquer hipótese.

Cahali (*apud* GONÇALVES, 2012) afirma que será no exame das causas do dano injusto que se determinará os casos de exclusão ou atenuação da responsabilidade do Estado, sendo o primeiro em função do rompimento do nexo causal e o segundo, em função da causalidade concorrente do agente público e da vítima havendo o dano injusto indenizável.

## **2 O SERVIÇO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DOS CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA**

A Segurança Contra Incêndio (SCI) é vista como uma ciência, dessa forma, possui uma área de pesquisa, desenvolvimento e ensino. Uma intensa atividade nessa área é vista na Europa, Estados Unidos, Japão e, com menor intensidade, em outros países (SEITO, 2008). No Brasil, a mudança da sociedade rural para urbana, gerou um aumento dos riscos de incêndio (SEITO, 2008).

Para Seito (2008) no território brasileiro a SCI insere-se em um modelo de crescimento desordenado, necessitando melhorar a legislação, acrescentar os recursos humanos, atuar em todos os municípios, melhorar os equipamentos, capacitar os profissionais e a população. Ainda conforme o autor, a SCI no Brasil talvez tenha sido deixada em segundo plano, havendo pouca literatura nacional que trate sobre o tema.

Nesse cenário, o CBMRO, para fazer frente ao desenvolvimento do Estado, atualizou, no início do ano de 2017, a legislação que trata sobre o serviço de atividades técnicas da Corporação, visando também obter uma maior eficiência na tramitação dos Projetos de Proteção Contra Incêndio e Pânico (PPCIP) e na emissão dos Certificados de Aprovação das edificações (CBMRO, 2017).

Acompanhando a tendência nacional quanto às exigências de segurança contra incêndio e pânico e adequando à realidade do Estado, a nova legislação entrou em vigor, trazendo consigo a previsão de Instruções Técnicas (IT), elaboradas pela Corporação, para atingir a finalidade a que se destina (CBMRO, 2017).

A Corporação qualificou seus vistoriantes e analistas de projetos, como também difundiu a nova legislação aos profissionais que atuam diretamente na elaboração e execução de projetos contra incêndio (CBMRO, 2017).

Face ao exposto e ao longo deste trabalho será demonstrado que a legislação de segurança contra incêndio e pânico no âmbito do Estado de Rondônia, recebeu atualização no ano de 2017, considerando que o acelerado avanço tecnológico exige novos parâmetros no que diz respeito à segurança contra incêndio e pânico. Fatores como recursos humanos, recursos financeiros e questões políticas ainda se apresentam como barreiras a serem rompidas nesse contexto, porém não podem estagnar a crescente exigência de oferecer maior segurança à população.

## 2.1 BREVE HISTÓRICO DO CBMRO

A história do CBMRO pode-se dizer que acompanha a própria história do Estado. Em 1952, quando Rondônia ainda era Território Federal do Guaporé, o governador Petrônio Barcelos, indicou para realizarem o Curso de Formação de Oficial Bombeiro Militar, na cidade do Rio de Janeiro, os senhores Esron Penha de Menezes e Donizete Dantas, sendo estes considerados os primeiros bombeiros do Estado (CBMRO, 2011).

Em 1957, no governo de Jayme Araújo dos Santos, foi assinado o Decreto Territorial n. 331, que criava o Corpo de Bombeiros do Território, cuja a atribuição era prevenção e combate a incêndio, possuindo subordinação direta à Guarda Territorial. Competia ainda à Corporação: verificar a segurança das edificações (prédios comerciais, escolas, parques de diversões, igrejas, oficinas e outras) e, também, multar os proprietários e interditar seus respectivos estabelecimentos, caso constatassem irregularidades (CBMRO, 2011).

Naquela época, o comandante da corporação militar era um assistente da Guarda Territorial e contava com apenas 15 (quinze) subordinados, sendo que 5 (cinco) formavam o efetivo do núcleo do Corpo de Bombeiros, sediado na cidade de Guajará-Mirim.

Inicialmente, os serviços oferecidos à população eram precários, pois a Corporação dispunha de recursos limitados. Entre 1965 e 1967 as ocorrências de combate a incêndio aumentaram significativamente. Nessa época, houve um incêndio no Mercado Municipal que é lembrado pelos munícipes de Porto Velho como um dos piores incêndios ocorridos na cidade. Foi então adotado pelo governador da época, João Carlos dos Santos Maden, providências para garantir maiores recursos ao Corpo de Bombeiros (CBMRO, 2011).

Assim, o CBMRO foi se estruturando e passou a dispor de administração dividida em Comando, Diretorias (Contabilidade, Pessoal e Serviços auxiliares) e Tropa. Instalou-se o quartel central em Porto Velho, bem como o destacamento da cidade de Guajará Mirim (CBMRO, 2011).

Com a criação da Polícia Militar do Território Federal de Rondônia, em 1977, estabeleceu-se a seção de Combate a Incêndio, subordinada à 1ª Companhia PM do 1º Batalhão de polícia Militar, com o efetivo contando com pouco mais de 120 (cento e vinte) homens, efetivo este que perdurou até 1993, quando foi aumentado

para 196 (cento e noventa e seis) homens (CBMRO, 2011).

Em 07 de novembro de 1996, foi criado o Batalhão de Bombeiros da Polícia Militar, através do Decreto n. 7633, que previa nos seus quadros 750 (setecentos e cinquenta) homens (CBMRO, 2011).

Em 01 de julho de 1998, tendo em seu quadro 182 (cento e oitenta e dois) homens, o CBMRO desvinculou-se da Polícia Militar e enquanto instituição permanente começou a trilhar os caminhos que, após 19 (dezenove) anos, a Corporação tem aumentado seu prestígio perante a sociedade rondoniense (CBMRO, 2011).

Destarte, o CBMRO surgiu e até o ano de 2017, os quartéis da Corporação estão sediados nos municípios de: Guajará Mirim, Porto Velho, Candeias, Ariquemes, Machadinho do Oeste, Buritis, Jarú, Ouro Preto do Oeste, Ji-Paraná, Rolim de Moura, Cacoal, Pimenta Bueno, Vilhena e Cerejeiras; contando com o efetivo de mais de 600 (seiscentos) bombeiros militares.

## 2.2 FUNDAMENTOS LEGAIS

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, inciso V, estabeleceu os Corpos de Bombeiros Militares entre os órgãos que compõem a segurança pública, conforme abaixo transcrito (BRASIL, 1998):

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – polícia federal;

II – polícia rodoviária federal;

III – polícia ferroviária federal;

IV – polícias civis;

V – polícias militares e **corpos de bombeiros militares**.

[...]

§ 5º - às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos **corpos de bombeiros militares**, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e **corpos de bombeiros militares**, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios [grifo nosso].

No mesmo sentido, a Constituição do Estado de Rondônia, em seu artigo 143, inciso III, insere o Corpo de Bombeiros Militar como órgão integrante da segurança pública no âmbito do Estado (RONDÔNIA, 1989):



Art. 143. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I – Polícia Civil;

II – Polícia Militar;

III – **Corpo de Bombeiros Militar** [grifo nosso].

O §3º do art. 148 da Constituição Estadual supracitada, estabelece a competência de forma geral da corporação militar (RONDÔNIA, 1989):

Art. 148 [...]

§ 3º- O Corpo de Bombeiros Militar, força auxiliar, reserva do Exército e instituição permanente, baseada na sua hierarquia e disciplina, subordinada diretamente ao Governador do Estado, **cabe a prevenção e combate a incêndio**, bem como a execução de atividade de defesa civil [grifo nosso].

A lei estadual n. 2.204, de 18 de dezembro de 2009 (Dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia) complementa a Constituição Estadual e especifica as atividades que competem à corporação executar, dentre essas atividades, destacam-se (RONDÔNIA, 2009):

Art. 2º Compete ao CBMRO, a execução das seguintes atividades:

I – realizar serviços de prevenção e extinção de incêndios, especialmente:

a) em aglomerados urbanos;

[...]

VII – exercer o poder de polícia na área de sua competência, especialmente:

[...]

e) na fiscalização das instalações e medidas de segurança contra incêndio e pânico das edificações residenciais multifamiliares, comerciais, industriais e de serviços em geral, inclusive, nos conjuntos residenciais, condomínios fechados e loteamentos urbanizados, quando da construção, reforma, ampliação e mudança de ocupação;

[...]

IX – realizar serviços de vistorias em edificações;

X – estudar, analisar, planejar, exigir e fiscalizar todo o serviço de segurança contra incêndio e pânico no Estado de Rondônia;

XI – embargar, interditar obras, serviços, habitações e locais de diversões públicas que não ofereçam condições de segurança para funcionamento.

XII – emitir normas e laudos de exigências e aprovação de medidas contra incêndios.

No âmbito da estrutura organizacional da corporação militar, a Coordenadoria de Atividades Técnicas é o órgão responsável pelo controle e observância dos requisitos técnicos contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco no

Estado de Rondônia. Esta Coordenadoria é incumbida de normatizar, planejar, fiscalizar, analisar projetos de edificações, vistoriar e emitir pareceres.

A lei estadual n. 3.924, de 17 de outubro de 2016, que dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências, regulamentada pela lei n. 21.425, de 29 de novembro de 2016, em consonância com os dispositivos legais já explicitados e no âmbito do Estado de Rondônia, estabeleceu a competência do CBMRO para exercer todas atividades atinentes à segurança contra incêndio e pânico.

Os objetivos da regulamentação da lei retromencionada estão dispostos no art. 3º da lei estadual 21.425/16 (RONDÔNIA, 2016):

Art. 3º Os objetivos deste Regulamento são:

I – proteger a vida dos ocupantes das edificações e áreas de risco, em caso de incêndio e pânico, possibilitando a desocupação segura e evitando perdas de vidas;

II – restringir o surgimento e a propagação de incêndio, reduzindo danos ao meio ambiente e ao patrimônio;

III – proporcionar meios de controle e extinção de incêndio nas edificações e áreas de risco;

IV – dar condições de acesso às operações do Corpo de Bombeiros Militar e órgãos de apoio;

V – fomentar o desenvolvimento de uma cultura prevencionista de segurança contra incêndio e pânico; e

VI – atribuir responsabilidades relativas ao fiel cumprimento das medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Parágrafo único. Estes objetivos serão alcançados mediante o cumprimento das exigências constantes neste Regulamento, assim como das Instruções Técnicas – IT's específicas elaboradas pelo Corpo de Bombeiros Militar, para cada medida de segurança contra incêndio e pânico.

De acordo com o art. 1º, § 1º, da lei estadual n. 3.924, o Comandante Geral do CBMRO é a autoridade competente para estabelecer as exigências necessárias ao fiel cumprimento da lei estadual, sendo que para tanto, expede-se as IT. Essas IT objetivam especificar as normas de segurança e proteção contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco e são elaboradas por uma Comissão Técnica da Corporação militar, sendo homologadas pelo Comandante Geral.

Ainda conforme a supracitada lei, o documento emitido pelo CBMRO que concede licença para o funcionamento de empresas e demais edificações construídas para ocupação, denomina-se Auto de Vistoria Contra Incêndio e Pânico (AVCIP).

Esse documento somente deve ser emitido após a vistoria técnica realizada por bombeiro militar devidamente capacitado para exercer essa atividade. Entretanto

cabe frisar que, conforme o disposto no art. 2º, § 2º, da lei 3.924/16, as edificações classificadas como de baixo risco, tem tratamento diferenciado em virtude de não apresentarem consideráveis risco de ocorrência de sinistro e por isso, o processo de licenciamento é mais célere.

Para fins de melhor compreensão do presente trabalho, torna-se útil conhecer algumas definições estabelecidas no art. 3º da lei 3.924/16 (RONDÔNIA, 2016):

Art. 3º Para efeito do disposto nesta Lei consideram-se:

I – **edificação**: qualquer tipo de construção, permanente ou provisória, de alvenaria, madeira ou outro material construtivo, destinado à moradia, atividade empresarial ou qualquer outra ocupação, constituída por teto, parede, piso e demais elementos funcionais;

II – **edificação nova**: aquela que ainda se encontra em fase de projeto ou de construção;

III – **edificação existente**: a edificação construída ou regularizada anterior à data de publicação desta Lei, com documentação comprobatória, desde que mantidas a área e a ocupação da época e que não haja disposição em contrário, do Corpo de Bombeiros, respeitando-se, também, aos objetivos da presente legislação;

IV – **estrutura**: instalação permanente ou provisória, utilizada em apoio aos mais diversos fins e ocupações;

V – **área de risco**: espaço não edificado, utilizado em eventos transitórios e que necessita de dispositivos e/ou sistemas de segurança para a proteção de pessoas; e

VI – **evento temporário**: define-se evento temporário qualquer acontecimento de interesse público ou privado, ocorrendo em período limitado, capaz de concentrar pessoas em determinado espaço físico, permanente ou não, fechado e/ou coberto ou ao ar livre, ou área de risco preparada para a atividade. Poderá ser momentâneo, quando realizado em horas, e continuado, quando realizado em dias. [grifo nosso]

O art. 10 da lei 3.924/16, confere competência ao CBMRO para exercer poder de polícia administrativa com vistas a assegurar o cumprimento das normas de prevenção contra incêndio e pânico, podendo a corporação militar: efetuar vistorias, analisar projetos, requisitar documentos, interditar preventivamente imóveis, estruturas e eventos, de forma parcial ou total, além de embargar obras e aplicar multas (RONDÔNIA, 2016).

Ainda conforme a lei n. 3.924/16, em seu art. 15, são elencadas as penalidades aplicáveis àqueles que descumprirem as normas de prevenção contra incêndio e pânico. São elas: advertência escrita; multa; interdição parcial ou total; embargo; apreensão de materiais e equipamentos e cassação do AVCIP para habite-se e funcionamento (RONDÔNIA, 2016).

A lei estadual 21.425/2016, em seu capítulo VI, cujo o título é “das responsabilidades”, dispõe sobre a responsabilidade pelas edificações e áreas de

risco, responsabilizando os proprietários e os profissionais (arquitetos e engenheiros) por aquelas obras a serem construídas, bem como pelo uso daquelas já existentes. Portanto, cabe a estes utilizarem a edificação de acordo com o uso para o qual foi projetada, bem como a manterem as medidas de segurança contra incêndio e pânico em condições de uso.

A recém-publicada lei federal n. 13.425, de 30 de março de 2017, conhecida como “Lei Boate Kiss”, que estabelece diretrizes gerais acerca de medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos comerciais, edificações e áreas de reunião de público. Ela reforça a necessidade de que sejam adotadas medidas preventivas contra incêndio e pânico por parte dos municípios e dos proprietários de estabelecimentos comerciais onde haja concentração de pessoas.

Essa lei foi motivada pela tragédia ocorrida no dia 27 de janeiro de 2013, na cidade de Santa Maria – RS. Houve um incêndio na boate denominada “Kiss”, que estava superlotada, ocasionando a morte de 242 jovens e deixando mais de 600 pessoas feridas. Na ocasião, a boate Kiss possuía apenas uma saída de emergência, as janelas estavam bloqueadas e foi permitida a entrada de mais pessoas do que a legislação previa (GONSALEZ, 2017). Entretanto, outros fatores contribuíram para a ocorrência dessa tragédia, conforme comentário abaixo:

Foram vários os fatores que contribuíram para a imensidão do ocorrido, porém o mais grave de todos, causador da maioria das mortes foi a fumaça tóxica produzida no incêndio. O fogo pirotécnico atingiu o teto, que continha isolamento acústico formado por uma espuma altamente inflamável composta por substâncias fortemente contamináveis. A queimada do material produziu uma fumaça escura, tóxica, composta principalmente por monóxido de carbono, dióxido de carbono e ácido cianídrico, gases letais, utilizado nas câmaras de gases das execuções (BOENO, 2014, p. 40).

Em síntese, a tragédia ocorrida na boate Kiss transformou-se num divisor de águas, no que tange às medidas de prevenção e combate a incêndio em todo o Brasil, mormente em estabelecimentos cuja a finalidade da ocupação é classificada como local de reunião de público. Dessa forma, a “Lei Boate Kiss” enalteceu a competência do Corpo de Bombeiros Militar para exercer seu poder de polícia administrativa com relação às medidas de prevenção e combate a incêndio, conforme se observa abaixo (BRASIL, 2017):

Art. 3º Cabe ao Corpo de Bombeiros Militar planejar, analisar, avaliar, vistoriar, aprovar e fiscalizar as medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público, sem prejuízo das prerrogativas municipais no controle das edificações e do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano e das atribuições dos profissionais responsáveis pelos respectivos projetos.

§ 1º Inclui-se nas atividades de fiscalização previstas no caput deste artigo a aplicação de advertência, multa, interdição e embargo, na forma da legislação estadual pertinente.

Em que pese o amparo legal em vigor, a segurança contra incêndio requer um comportamento de constante aperfeiçoamento por parte dos Corpos de Bombeiros Militares do país, como também de toda a sociedade, em virtude dos avanços tecnológicos e seus consequentes impactos no meio social.

## 2.3 FUNDAMENTOS DOUTRINÁRIOS E TÉCNICOS

Seito (2008) assevera que os riscos de incêndio crescem continuamente em todo o país, em virtude da complexidade da sociedade que desenvolve usinas nucleares, complexos petrolíferos, elabora técnicas que permitem o lançamento de foguetes, constrói edifícios cada vez maiores, dentre outros avanços. Assim, mediante o surgimento desses riscos se faz necessário incentivar a cultura de segurança prevencionista.

Diante desse contexto, não há dúvidas em relação a necessidade e relevância das atividades técnicas, cujo o intuito é prevenir que incêndios ocorram e muito menos se questiona a competência do Corpo de Bombeiros para estar à frente dessa atividade.

Nesse sentido Lazzarini (1991, p. 130) assevera: “Se aos Corpos de Bombeiros Militares incumbe extinguir incêndios, com muito mais razão deve ser reconhecida a eles a responsabilidade de preveni-los, a fim de evitar, o quanto possível, a sua ocorrência, de modo eficiente e eficaz”.

Em pleno século XXI, torna-se inconcebível que os Corpos de Bombeiros Militares se mantenham inertes em seus quartéis, aguardando ecoar o alarme ordenando “voarem ligeiros a vencer o vulcão infernal”, conforme o trecho do hino do Soldado do Fogo. Há tempos que as Corporações evoluíram, deixando de combater as consequências de um incêndio passando ao combate de suas causas, através da fiscalização de projetos e das edificações.

Ao discorrer sobre o ciclo operacional no âmbito das atividades de prevenção

contra incêndios, Maus (2006, p. 29) preconiza que as fases de gerenciamento de rotina correspondem a:

Fase Normativa (Plan): Fase em que as normas que regulam a atividade são, estudadas e elaboradas.

Fase Passiva (Do): Fase em que as concepções normativas saem de uma situação abstrata, para ganharem forma em projetos preventivos e se concretizarem na execução da obra.

Fase Ativa (Check): Fase em que os sistemas e dispositivos instalados passam a ser utilizados em situação real.

Fase Investigativa (Action): Fase em que os sinistros ocorridos serão investigados.

Como bem afirma Seito (2008, p. 15):

Normalizar e certificar é um instrumento importante para garantir a qualidade e o desempenho dos materiais, componentes e sistemas construtivos, fornecendo um instrumento eficaz no controle da SCI das edificações.

É na fase normativa que se pode exercer todo o controle possível na tentativa de estabelecer qualidade, padrão e o volume do serviço de atividades técnicas. É nessa primeira fase, ao se normatizar os parâmetros que serão objetos de fiscalização pelo Corpo de Bombeiros, que são definidos os instrumentos que abastecerão todo o ciclo operacional, responsável por determinar o volume de serviço própria a complexidade de toda a atividade (MAUS, 2006).

Ao discorrer sobre essa questão normativa, Seito (2008, p. 14) afirma:

Dizem que a legislação está sempre atrasada em relação à necessidade da sociedade, isso nem sempre é verdade, pois em muitos casos ela é capaz de atuar de maneira a provocar mudanças nos procedimentos errados arraigados na sociedade. No Brasil muitos deixam para Deus a total responsabilidade pelas tragédias por eles deflagradas, o que é uma prática nefasta, pois seria possível minimizar as tragédias por meio de uma legislação adequada.

Tal processo normativo deve iniciar-se pela definição de quais aspectos serão objeto de fiscalização por parte da Corporação. Destarte, esses aspectos serão procurados em normas editadas por outras corporações ou até mesmo em órgãos que atuem no segmento da segurança contra incêndio e pânico (MAUS, 2006).

Seito (2008) prossegue a tratar sobre o tema, afirmando que é importante entender todo o processo que a legislação de SCI sofreu ao longo do tempo para

que se possa avançar, revisando e atualizando a legislação conforme a necessidade social e os avanços tecnológicos.

Para Maus (2006, p. 34) “a pesquisa que se realiza nestas normas deve ser norteada por alguns princípios e orientada por alguns cenários”. Os princípios elencados pelo autor são: pertinência; viabilidade; prioridade e o da divisão da responsabilidade.

Pelo princípio da pertinência, questiona-se se a matéria que se pretende definir como objeto de fiscalização, é apropriada às competências legais atribuídas ao Corpo de Bombeiros. O princípio da viabilidade diz respeito aos procedimentos de análise e vistoria, dito de outra forma, visa estabelecer como o objeto de fiscalização deverá ser disposto e analisado no projeto e como será conferido nas vistorias técnicas (MAUS, 2006).

Em relação ao princípio da prioridade, indaga-se se a fiscalização do objeto possui relevância para o contexto da segurança contra incêndio e pânico (MAUS, 2006). Ao explicar sobre esse princípio, o autor faz uma indagação que considera de cunho eminentemente prático e que, segundo ele, serve para melhor compreensão do princípio da prioridade:

Até quando será considerado prioridade, tanto do ponto de vista da segurança quanto do ponto de vista financeiro da atividade, continuar fiscalizando, por exemplo, todas as mercearias e bares de todas as esquinas das cidades sedes de OBM, preocupando-se com minúcias como altura de instalação de extintores, tipo e dimensões de suas sinalizações, enquanto que ali, na cidade do município vizinho, que não possuem OBM, todo o processo de verticalização e industrialização, acontece sem o acompanhamento e fiscalização. Dentro deste cenário, o que é afinal mais prioritário, manter e continuar a esmiuçar os processos de análise e vistoria, buscando a sua perfeição, fiscalizando todos, em tudo e o tempo inteiro, ou procurar tornar esses processos mais céleres, buscando viabilizar, priorizando, portanto, a expansão da atividade? (MAUS, 2006, p. 35).

Nesse ponto, cabe o comentário sobre o argumento do autor, haja vista que é pertinente sua indagação quanto ao que é prioritário para a fiscalização do objeto no contexto da segurança contra incêndio e pânico. Assim, o CBMRO, através da Resolução Nº 079 – CRH, de 24 de março de 2014, adequou o procedimento especial e simplificado dado às microempresas, às empresas de pequeno porte e aos microempreendedores individuais que se enquadrem como risco baixo de acordo com outra resolução, a Resolução n. 29 do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e

Negócios (CGSIM).

Destarte, são consideradas atividades de baixo risco, de acordo com a Resolução n. 079 – CRH (CBMRO, 2014):

Art. 2º - As microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais, que realizarem atividade econômica considerada de baixo risco de acordo com a Resolução 29 do CGSIM terão trâmite especial e simplificado para fins de licenciamento junto ao CBMRO.

Art. 3º - As atividades consideradas de baixo risco são aquelas que se enquadram nas condições abaixo:

I – Em área construída menor ou igual a 750 m².

II – Em edificações com até três pavimentos, desconsiderando o subsolo quando usado exclusivamente para estacionamento;

III – Que demandem a comercialização ou armazenamento de líquido inflamável ou combustível abaixo de 251 L (duzentos e cinquenta e um litros);

IV – Que demandem a utilização ou armazenamento de gás liquefeito de petróleo (GLP) até 90 kg (noventa quilogramas);

V – Que possuam lotação máxima de até 100 pessoas, quando se tratar de local de reunião de público;

VI – Que não demandem a comercialização ou armazenamento de produtos explosivos ou substâncias com alto potencial lesivo à saúde humana, ao meio ambiente ou ao patrimônio; e

VII – Que não possuam manipulação ou armazenamento de fogos de artifício ou de outros produtos explosivos ou perigosos.

Parágrafo único – Nas edificações enquadradas como baixo risco, onde houver armazenamento de gases inflamáveis, líquidos combustíveis ou inflamáveis, devem ser observados os afastamentos e demais condições de segurança, exigidos por legislação específica.

Portanto, o CBMRO, atento ao princípio da prioridade, concedeu mais celeridade no processo de regularização das empresas que exercem atividades consideradas de baixo risco, conforme acima elencadas, priorizando vistoriar edificações que ofereçam maior risco de ocorrer um sinistro. Essa mudança de procedimento, resultou em melhoria na qualidade do serviço de atividades técnicas uma vez que os recursos humanos e materiais não conseguem acompanhar a crescente demanda de vistorias em função do desenvolvimento dos aglomerados urbanos no Estado.

O último princípio é o chamado princípio da divisão da responsabilidade que, como o próprio nome diz, trata-se de dividir a responsabilidade pela segurança contra incêndio e pânico entre o Corpo de Bombeiros e a sociedade. Maus (2006, p. 35) exemplifica este princípio:

Na emissão de um Atestado o Corpo de Bombeiros **não assume a responsabilidade** pela garantia plena dos sistemas de segurança instalado. Assume sim garantia plena dos dispositivos e sistemas que



vierem a ser definidos como objeto de sua fiscalização. [grifo nosso]

Sobe a manutenção dos sistemas de segurança nas edificações Seito (2008, p. 16) assevera que:

As práticas de manutenção nas edificações dificilmente levam em conta os riscos da SCI.  
Incêndios e explosões têm ocorrido em função da manutenção e que não levaram em conta os perigos de ocorrência de incêndio ou explosão.  
Operação de edificações complexas, como centros de compras, supermercados, edifícios de uso misto, etc. exige manutenção em tempo real e que precisa ter em sua programação a questão da SCI definida e dimensionada a fim de evitar surpresas.

Fundamental é este princípio para o objetivo do presente trabalho, haja vista que limita a responsabilidade do Corpo de Bombeiros, que não precisa e não deve ser o único responsável pela segurança contra incêndio e pânico, ficando essa responsabilidade restrita ao objeto de sua fiscalização definido o seu conteúdo na legislação vigente, citada alhures, nas Instruções Técnicas, no conteúdo dos projetos e na regulamentação dos procedimentos das vistorias técnicas, sendo todas essas definições ao livre alvitre da Corporação.

Quanto aos cenários que orientam as pesquisas de normas atinentes à segurança contra incêndio e pânico, são os seguintes: universo das missões/atribuições de uma Organização Bombeiro Militar (OBM); expansão constante da atividade; realidade do menor grupo e condições sempre adversas de recursos humanos e materiais (MAUS, 2006).

O primeiro cenário mencionado pelo autor, universo das missões/atribuições de uma OBM, diz respeito à adequação das normas de segurança contra incêndio e pânico à realidade de uma OBM, considerando que o serviço de atividades técnicas é apenas um dos quatro grandes ramos de atividades operacionais desenvolvidas pelo Corpo de Bombeiros, os outros grandes ramos são: combate a incêndio, busca e salvamento e atendimento pré-hospitalar.

Desse modo, além dessas atividades consideradas atividades fins, não de ser consideradas as atividades meio, assim chamadas as atividades de cunho administrativo que dão supedâneo ao serviço operacional, por meio da logística, finanças e pessoal, que no âmbito do CBMRO são exercidas respectivamente pela: Coordenadoria de Material e Patrimônio; Gerência de Administração e Finanças; e Coordenadoria de Recursos Humanos.

O segundo cenário, expansão constante da atividade, corresponde à necessidade de crescente expansão do serviço de atividades técnicas ante a evolução tecnológica e o consequente surgimento de novos sistemas de proteção contra incêndio tais como: sistemas inteligentes, uso de programas de computadores, automação, etc. (SEITO, 2008). Também diz respeito ao crescimento das cidades, industrialização, verticalização e ao próprio crescimento da Corporação, quando esta instala-se em mais cidades (MAUS, 2006).

O terceiro cenário, realidade do menor grupo, que no âmbito do CBMRO trata-se do Subgrupamento de Bombeiros (SGB), sendo esta a menor célula de organização adotada pela Corporação, consiste no cenário que deve ser observado de modo que os conteúdos e padrões de análise de projetos e de vistoria técnica tenham grau de complexidade adequados à realidade de um SGB, dito de outra maneira, devem ser adotados parâmetros que possam ser executados pela menor célula. Vale citar a frase de Maus (2006) ao tratar sobre assunto:

Há uma máxima, conhecida de todos, que afirma que a força de uma corrente se define pela força do seu elo mais fraco. O peso (quantidade e grau de complexidade) dos conteúdos e padrões de análise e de vistoria, deve ser um peso que o menor elo suporte executar (MAUS, 2006, p. 37).

O quarto cenário, condições sempre adversas de recursos humanos e materiais, tem correlação com o princípio da prioridade, retromencionado, e contrapõe-se ao cenário da expansão da atividade técnica, tendo em vista que a escassez de recursos humanos e as dificuldades enfrentadas para aquisição de materiais são fatores frequentes que obstam a expansão dos serviços do CBMRO.

Considerando-se os argumentos apresentados e em consonância com o entendimento de Maus (2006), a edição ou revisão de normas e procedimentos atinentes à segurança contra incêndio e pânico, que não observem os princípios e cenários acima descritos, sofrerão como consequência limitação em sua aplicabilidade, por não considerar a realidade da Corporação e da própria sociedade. Dito de outro modo, é necessária uma visão estratégica da Corporação para, ao editar normas referentes à segurança contra incêndio e pânico, observar o contexto social que essas normas se inserem, caso contrário serão letras mortas e o custo disso pode ser convertido em perda de vidas e bens.

Maus (2006) propõe um fluxograma do processo de normatização de modo

que este sirva como doutrina a ser seguida a cada vez que for editada uma nova norma ou ocorrer a revisão de uma norma, sendo ambas relativas à atividade técnica. Importante discorrer sobre cada etapa do fluxograma para melhor compreensão do processo de elaboração de normativas direcionadas à segurança contra incêndio e pânico. As etapas descritas pelo autor são: revisão ou nova edição; estudo e análise; definição do objeto; construção da viabilidade; padrão mínimo de projeto (PMP); manual de análise; manual de vistoria; definição do conteúdo legal; decreto e instruções normativas.

A etapa de revisão ou nova edição de uma norma se dá por meio de uma decisão em atualizar alguma matéria existente ou pela necessidade de ser incorporada à atividade técnica. A etapa de estudo e análise corresponde à busca aprofundada de conhecimento sobre a matéria que será normatizada, através de consultas bibliográficas, visitas técnicas, consulta a especialistas e demais procedimentos necessários ao reconhecimento geral da matéria (MAUS, 2006).

Na etapa de definição do objeto, os quatro princípios retromencionados alhures devem ser observados, porém de maneira superficial, pois a análise mais aprofundada será realizada na etapa de construção da viabilidade do processo, mais adiante. Conforme preconiza Maus (2006, p. 41) “assim procedendo, estaremos tomando uma decisão com uma fundamentação ampla e não focada apenas na importância e ou relevância da matéria em si”. Para este autor, a definição do objeto, a princípio, não necessita ser expressa em um documento oficial, podendo vir contida em um relatório final que aponta as análises realizadas. É crucial que este relatório seja homologado ou aprovado pelo Estado Maior do Comando Geral do Corpo de Bombeiros ou pelo menos por um colegiado da Coordenadoria de Atividades Técnicas.

Para exemplificar a etapa de definição do objeto, Maus (2006, p. 41) utiliza o Sistema Preventivo por Extintores:

Tomando-se por base o Sistema Preventivo por Extintores, partindo-se da hipótese de estar em andamento um processo de revisão deste sistema, cujos estudos e análises já teriam sido finalizados, teríamos então, também hipoteticamente, o objeto assim definido, descrito e expresso na conclusão do relatório: “Com base nos estudos realizados e pelas considerações expostas fica definido que a **fiscalização a ser realizada por agentes do Corpo de Bombeiros**, no Sistema Preventivo por Extintores, terá como objeto:

a) Em projeto:

- Dimensionamento da locação, capacidades extintoras e tipo de agente

- Instalação e sinalização

b) **Em Vistoria:**

- Conferência pelo projeto: locação, quantidades, tipo, instalação e sinalização
- Conferência local: condições de funcionamento do sistema, restrito a exame visual do lacre, peso/pressurização, teste hidrostático e demais componentes externos. [grifo nosso]

De acordo com o ensinamento do autor, ao se definir o objeto, as demais etapas serão em função dele, como por exemplo: o conteúdo do PMP, do manual de análise, das próprias Instruções Técnicas e do manual de vistoria. Em sentido mais abrangente, será definido também o grau de detalhes, complexidade, proporção de alcance e responsabilidade com os quais serão executadas as atividades de segurança contra incêndio e pânico.

A próxima etapa, denominada construção da viabilidade, consiste na definição, de modo formal, de como o objeto será apresentado em projeto, como será analisado e como será vistoriado; nesta etapa é que os quatro princípios são meticulosamente empregados, pois se o objeto for considerado inconsistente, inócuo, inviável, etc., poderá ser descartado para fins da atividade técnica (MAUS, 2006).

Na etapa PMP são estabelecidos parâmetros com vistas a nortear profissionais de engenharia e arquitetura, responsáveis pela confecção de PPCIP. Sendo o PMP amplamente difundido entre os profissionais responsáveis pela elaboração de PPCIP, haverá ganhos significativos na celeridade do trâmite desde sua criação até a sua aprovação pela Corporação, por exemplo: evita análises e interpretações distintas entre os engenheiros da Corporação, possibilita o ingresso de novos profissionais no ramo de confecção de projetos de prevenção contra incêndio e pânico, reduz a quantidade e tempo de consultas técnicas que os profissionais do ramo requisitam aos engenheiros da Corporação e ainda, reduz o número de análises desses projetos, haja vista que melhora a qualidade e consequentemente diminui o número de retorno entre o engenheiro responsável pela sua elaboração e o setor de análise da Corporação (MAUS, 2006).

Para Seito (2008, p.10) a realidade do ensino nas faculdades de arquitetura e engenharia, ainda não é adequada para atender a etapa PMP, assim assevera:

Os currículos das faculdades de arquitetura e engenharia têm um conteúdo extenso e apertado, não permitindo absorver outros conhecimentos, sendo necessária uma profunda reformulação para que a SCI seja absorvida.

Nesse cenário, verificamos que a formação de arquitetos e de engenheiros tem dado pouca ênfase para a SCI nas edificações, isso nos têm levado a práticas com baixa exigência em relação ao controle do risco de incêndio.

Caso decidíssemos implantar cursos de SCI em todos os cursos de arquitetura e engenharia, seria um desastre, pois não temos quadros de professores para ministrar tais cursos. Temos apenas alguns professores orientando alunos de pós-graduação nessa área de conhecimento.

Os profissionais com essas deficiências em suas formações são aqueles que projetarão, construirão e aprovarão os projetos, gerando um perigo latente em SCI em todas as cidades.

Do exposto podemos dizer que um programa para tornar a área de SCI consistente passará pela formação de quadros para depois atuarmos em larga escala junto a arquitetos e engenheiros.

Infelizmente não podemos parar e precisamos continuar a projetar e construir novas edificações, além de adaptar as edificações já existentes.

A legislação continua a avançar e exigir mais dos profissionais que precisam frequentar cursos de especialização ou contratar serviços terceirizados de SCI.

Consoante o posicionamento de Seito (2008), nota-se que a maior parte dos engenheiros e arquitetos que estão no mercado de trabalho, não tem na grade curricular de sua graduação, uma disciplina específica versando sobre PPCIP. Assim, esses profissionais ingressam no ramo de elaboração de projetos mesmo sem possuir conhecimento das leis e instruções técnicas do Corpo de Bombeiros, resultando em projetos mal elaborados, que após passar pelo setor de análise da Corporação, retornam ao profissional com uma grande quantidade de itens a serem corrigidos, gerando irritação de seus clientes pela demora na aprovação do respectivo projeto e, conseqüentemente, atrasando o início da atividade econômica da empresa de seus clientes.

Ainda sobre a etapa PMP, cabe ressaltar que a lei 13.425, de 30 de março de 2017, em vigor recente, veio a contribuir com a mudança desse cenário, obrigando as instituições de ensino públicas e privadas a incluírem as disciplinas relativas à prevenção e combate a incêndio e a desastres, conforme abaixo (BRASIL, 2017):

Art. 8º Os cursos de graduação em Engenharia e Arquitetura em funcionamento no País, em universidades e organizações de ensino públicas e privadas, bem como os cursos de tecnologia e de ensino médio correlatos, incluirão nas disciplinas ministradas conteúdo relativo à prevenção e ao combate a incêndio e a desastres.

Parágrafo único. Os responsáveis pelos cursos referidos no caput deste artigo terão o prazo de seis meses, contados da entrada em vigor desta Lei, para promover as complementações necessárias no conteúdo das disciplinas ministradas, visando a atender o disposto no caput deste artigo.

A próxima etapa do fluxograma, chamada de manual de análise, consiste em definir, minuciosamente, os itens e os cálculos a serem observados pelo analista de

projetos da Corporação, objetivando a padronização da análise de projetos e evitando subjetivismo por parte dos profissionais do Corpo de Bombeiros. Esse manual deve ser levado ao conhecimento dos profissionais encarregados pela elaboração de projetos, com vistas a melhorar a qualidade de seu trabalho, através de uma autoanálise, mitigando os índices inconformidades e consequentemente, dando celeridade no processo como um todo (MAUS, 2006).

Na etapa denominada manual de vistoria, fundamental para o presente trabalho, sua finalidade é definir detalhadamente cada aspecto a ser observado durante a realização de uma vistoria técnica, almejando a padronização da vistoria e também, evitando o subjetivismo por parte dos bombeiros militares responsáveis pela fiscalização das edificações. Assim como na etapa PMP, é importante que os profissionais responsáveis pela execução de projetos, tenham conhecimento do manual de vistoria para identificar as inconformidades e saná-las antes de solicitar a vistoria ao Corpo de Bombeiros, que resulta em celeridade pois tornará a visita produtiva (MAUS, 2006).

Vale dizer que até o momento da elaboração deste trabalho, o CBMRO não possui o manual de análise e nem o manual de vistoria, sugeridos pelo autor. Essas ferramentas mostram-se úteis para difundir o conhecimento sobre o tema e como consequência, melhoram todo o sistema de prevenção contra incêndio e pânico conforme explicitado.

A próxima etapa, definição do conteúdo das normas de segurança contra incêndio, só deve ocorrer após passar pelas outras etapas já citadas, evitando normas que desfocadas da realidade, caindo em desuso por não possui aplicabilidade no cotidiano da atividade técnica (MAUS, 2006).

A penúltima etapa, denominada decreto, que no âmbito do CBMRO se dá por meio de lei estadual, estabelece que as normas de segurança contra incêndio e pânico sejam instituídas através de um Decreto, entretanto, seu conteúdo seria restrito a definição da organização da atividade, a classificação das ocupações e suas exigências de proteção e as disposições gerais e transitórias. Todas as normas atinentes à concepção e dimensionamento dos sistemas preventivos contra incêndio e pânico, conforme proposto por Maus (2006), seriam editadas através de IT, sendo essas expedidas por Portarias do Comandante Geral da Corporação (RONDÔNIA, 2016).

No CBMRO, as modificações das normas técnicas, que passaram ser

instituídas pelas IT e não mais por lei estadual ou mesmo Decreto, trouxeram benefícios à atividade técnica, porque deram maior confiança aos bombeiros militares encarregados por essa atividade, por serem as IT mais contextualizadas, flexíveis e racionais.

A derradeira etapa refere-se às IT, expedidas pelo Comando Geral do CBMRO, contém todo um conteúdo de informações necessárias aos profissionais de engenharia e arquitetura para elaborarem o PPCIP. Cada IT versa sobre um sistema de segurança específico, o que facilita a sua atualização e revisão. É importante que essas ITs contenham referências bibliográficas, possibilitando que os interessados aprofundem seus conhecimentos além dos conteúdos definidos como objeto de fiscalização do CBMRO (MAUS, 2006).

Passada a fase normativa, a segunda fase do gerenciamento de rotina proposta por Maus (2006) denomina-se fase passiva. Nesta fase, as concepções normativas saem de uma situação hipotética e passam para a realidade através dos projetos preventivos e na execução deste. No âmbito interno da Corporação, se caracteriza pela execução da análise de projeto e vistoria em edificações e locais de eventos (MAUS, 2006).

A fase passiva possui a finalidade de regularizar as edificações junto ao Corpo de Bombeiros, atendendo as exigências técnicas vigentes. Considera-se uma edificação regularizada quando seu projeto for aprovado, habite-se concedido e seu funcionamento concedido (MAUS, 2006).

“O registro dos sistemas de segurança das edificações é uma das primeiras etapas do processo de regularização de uma edificação” (MAUS, 2006, p. 55). Ele fundamenta a expedição do atestado de regularização da edificação. Em uma situação hipotética, este registro ocorreria mediante um PPCIP previamente elaborado pelo profissional competente e a aprovado pelo CBMRO, sendo anterior a construção da edificação. Porém, na prática não é assim que ocorre, comumente a edificação já está construída, com os sistemas de segurança contra incêndio e pânico já instalados, não possuindo PPCIP.

Nessas situações, questiona-se se ainda existe a necessidade de projeto, porque um processo regular de aprovação de projeto nessas circunstâncias, retardaria e oneraria a liberação da edificação, sendo que nada de novo será acrescentado (MAUS, 2006). Ao discorrer sobre esse assunto, Maus (2006, p. 56) exemplifica:

Para ilustrar a questão vamos exercitar o raciocínio com um caso prático. Consideremos uma edificação construída que durante muito tempo foi uma residência unifamiliar. Possui pavimento único com 400 m<sup>2</sup>. Pretende o proprietário transformá-la em um estabelecimento comercial, instalando uma mercearia. A carga de gás combustível (GLP) será inferior a 90 Kg. As exigências para este tipo de ocupação irão se restringir a: 02 extintores de PQS de 04 Kg, abrigo para os recipientes de GLP, e quando muito mais placas de sinalização para o abandono e bloco autônomo de iluminação. Nada que o próprio vistoriador do Corpo de Bombeiros, não possa, categoricamente, definir através do próprio relatório de vistoria.

Desse modo, se o vistoriador é competente para determinar com acerto as exigências citadas no exemplo acima, o seu próprio relatório de vistoria poderia ser considerado como registro suficiente dos sistemas instalados na edificação, sendo desnecessário que este relatório seja repassado ao engenheiro ou arquiteto para que confeccione o projeto, uma vez que os sistemas constatados foram aprovados. Até mesmo porque, no exemplo dado, nada seria construído ou instalado que exigisse a prévia elaboração de projeto, e ainda, os custos envolvidos na elaboração e aprovação junto ao Corpo de Bombeiros seriam superiores aos custos de aquisição e instalação dos itens de segurança exigidos para a edificação. Portanto, a atividade de segurança contra incêndio e pânico deve desburocratizar-se o tanto quanto possível (MAUS, 2006).

Diante do exemplo dado pelo autor, suscita a indagação pertinente ao presente trabalho: Quem seria o responsável pela determinação dos sistemas e dispositivos de segurança dessas edificações, uma vez que não há engenheiro responsável técnico?

Para Maus (2006, p. 57) a resposta é: “os mesmos que são responsáveis pela aprovação dos projetos nos casos em que estes são requeridos, ou seja, os agentes do Corpo de Bombeiros”. O referido autor, finaliza o assunto comentando que somente nos casos em que a edificação ainda será construída e seus sistemas serão dimensionados, haverá a necessidade da participação dos profissionais de engenharia e arquitetura com seus conhecimentos técnicos hábeis a elaborar e executar o projeto.

Após esses processos, o exercício das atividades de análise e de vistoria deve ser abordado haja vista serem o ponto principal do tema até aqui exposto. A análise de projeto é o exame do PPCIP, com vistas a constatar se atende às normas de segurança contra incêndio.



Conforme Seito (2008, p. 125):

Um projeto de segurança contra incêndio deve considerar não só o edifício propriamente dito, mas também o seu entorno imediato e a sua inserção na malha urbana. Os riscos de início de incêndio, juntamente com o de seu crescimento e propagação, estão diretamente relacionados à evolução do fenômeno no interior do edifício e, na pior das hipóteses, pode causar danos ainda maiores ao atingir edifícios adjacentes.

“Os objetivos da segurança contra incêndio que tipicamente fazem parte de um estudo de engenharia de segurança contra incêndio são: 1) segurança da vida 2) controle das perdas e 3) impacto ambiental” (SEITO, 2008, p. 415).

No CBMRO, a análise do PPCIP é efetuada por engenheiros civis e militares, bem como pelos oficiais capacitados especificamente para a atividade. Embora as normas não possam prever todos os fatos que surgem, na análise de projeto o bombeiro militar não deve considerá-la uma barreira intransponível, devendo respeitar seus limites o tanto quanto possível e caso o contexto apresentado no projeto exija, deve dividir a responsabilidade com os proprietários e responsáveis técnicos no ato de determinar e dimensionar os sistemas de segurança da edificação (MAUS, 2006).

Em relação a vistoria técnica, esta é realizada em edificações e locais de eventos temporários, com vistas a determinar as condições de segurança desses locais, constatando se os sistemas de segurança contra incêndio foram devidamente executados e instalados em conformidade com as normas (MAUS, 2006).

Maus (2006, p. 67) assevera que:

A vistoria não deve ser realizada tendo por referencial somente o projeto aprovado ou as normas de segurança. Nem o projeto nem a norma pode prever todas as características e peculiaridades que envolvem uma edificação na sua fase de construção e até mesmo depois de construída.

Essas vistorias, “devem possuir um caráter mais de fiscalização do que propriamente de prestação de serviço” (MAUS, 2006, p. 68).

De acordo com a Instrução Técnica n. 01/2017, aplicada às edificações e áreas de risco do Estado de Rondônia, quando da apresentação de Processos de Segurança Contra Incêndio e Pânico adotados no CBMRO, a vistoria técnica deve ser realizada por solicitação do interessado ou pode ser realizada por ato de ofício da Corporação, quando houver necessidade para a garantia da incolumidade das

pessoas, do patrimônio ou do meio ambiente (CBMRO, 2017).

Ainda de acordo com o a IT n. 01/2017, após a realização da vistoria técnica é emitido o AVCIP, total ou parcial, que se destina a validar que no ato da vistoria a edificação possui as condições de segurança contra incêndio e pânico previstas pela legislação e constantes no processo, documento esse válido por um ano (CBMRO, 2017).

A IT n. 01/2017, em seu item 6.5.1, estabelece que a responsabilidade pela manutenção e funcionamento das medidas de segurança contra incêndio e pânico de uma edificação é de seu proprietário ou de quem a utilize. Podendo a edificação sofrer a cassação do AVCIP caso seja constatada qualquer irregularidade ou modificação nessas medidas de segurança. Se essas irregularidades forem constatadas na vistoria, após saná-las, o interessado deve solicitar novamente a presença do vistoriador (CBMRO, 2017).

O item 6.5.3.9 da IT n. 01/2017 estabelece que (CBMRO, 2017, p. 11):

6.5.3.9. Poderá ser realizada vistoria parcial com emissão do respectivo AVCIP Parcial nas edificações em construção, desde que a área em obras não esteja ocupada e não caracterize risco de incêndio, bem como não interfira nas rotas de fuga e atente para o isolamento de risco. Neste caso, será admitida a proteção proporcional à área a ser vistoriada.

Nessa situação o bombeiro militar, vistoriador técnico, deve ser capaz de avaliar se a edificação possui as mínimas condições de segurança, caso contrário as consequências poderão ser trágicas.

No ato da vistoria, deve haver pessoa habilitada a manusear os instrumentos de segurança contra incêndio e se forem constatadas irregularidades durante a esse ato, o vistoriador deve encaminhar o relatório de vistoria para o serviço de segurança contra incêndio e pânico da sua unidade. A norma técnica retromencionada dispõe ainda que o vistoriador possui discricionariedade para liberar pequenas variações entre o que está previsto no projeto e o que é constatado na edificação (CBMRO, 2017). Essa discricionariedade se limita até o ponto em que o funcionamento eficaz das medidas de segurança contra incêndio e pânico previstas não sofra interferência.

Por fim, importante observar o item 10.1 da IT n. 01/2017 (CBMRO, 2017, p. 18):

10.1 O proprietário do imóvel, ou o representante legal do condomínio, e os empreendedores, para fins de responsabilidade penal, são considerados responsáveis solidários pela manutenção e instalação das medidas de segurança contra incêndio e pânico do imóvel onde estão contidos os estabelecimentos, a fim de que sejam cumpridos os requisitos previstos nesta norma técnica.

O texto se refere a responsabilidade penal e também menciona a responsabilidade solidária existente entre o proprietário da edificação, ou o representante legal do condomínio e os empreendedores, pela manutenção e instalação das medidas de segurança contra incêndio e pânico.

Portanto, pode-se constatar que a legislação vigente no âmbito do CBMRO é clara no sentido de responsabilizar o proprietário de uma edificação pela instalação e manutenção dos sistemas de segurança contra incêndio e que, o bombeiro militar responsável pela fiscalização no ato da vistoria técnica possui a responsabilidade de avaliar corretamente se a edificação oferece, ou não, condições de segurança para que seja utilizada.

### **3 RESPONSABILIDADE CIVIL DO BOMBEIRO MILITAR EM RELAÇÃO À ATIVIDADE TÉCNICA**

Ocorrendo um sinistro e constatada uma falha técnica na vistoria da edificação aprovada pelo bombeiro militar, surge a responsabilidade civil do Estado por falha do seu respectivo Corpo de Bombeiros na prevenção de incêndio. É razoável que um sinistro pode gerar danos materiais/pessoais e tendo o bombeiro militar se omitido na fiscalização da execução do projeto da edificação, será o Estado acionado judicialmente para ressarcir esses danos (LAZZARINI, 1991).

Caso seja procedente a ação de reparação de danos causados por incêndio, em função da falha do Corpo de Bombeiros, o Estado obrigatoriamente terá que pagar a indenização resultante de sua condenação judicial (LAZZARINI, 1991).

Como consequência, terá o Estado o direito de propor ação regressiva em desfavor do bombeiro militar que tenha agido ou se omitido no exercício de sua função fiscalizatória. Entretanto, caberá ao Estado provar que o bombeiro militar agiu com dolo ou culpa, sendo que esta necessita ser grave, bem como deve provar que existiu falha na fiscalização de uma edificação com fito de prevenir de incêndio. Portanto, a responsabilidade civil do bombeiro militar é de natureza subjetiva (LAZZARINI, 1991).

Em pesquisa nos regimentos internos das Corporações militares do Brasil, encontrou-se no regimento interno do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (CBMCE) uma abordagem sobre a responsabilidade civil de seus integrantes, conforme abaixo (CBMCE, 2004):

#### **SEÇÃO XXVI RESPONSABILIDADE CIVIL SUBSEÇÃO I DO CORPO DE BOMBEIROS**

Art. 553 – O Corpo de Bombeiros Militar como pessoa jurídica de direito público responderá pelos danos que os bombeiros militares causaram a terceiros, quando no desempenho de suas atribuições ou a pretexto do seu exercício.

§ 1º - O Corpo de Bombeiros terá que indenizar o dano causado por ato lesivo e injusto ao particular.

§ 2º - Caberá a vítima apenas demonstrar fato danoso e injusto ocasionado pela ação ou omissão do bombeiro militar, não se exigindo a prova da falta do serviço público nem mesmo a culpa dos bombeiros militares.

§ 3º - O Corpo de Bombeiros também será responsabilizado civilmente, se proceder de modo contrário ao direito ou faltar ao dever prescrito por Lei.

#### **SUBSEÇÃO II DOS BOMBEIROS MILITARES**

Art. 554 – O Corpo de Bombeiros embora obrigado a responder pelo dano

que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, terá o direito de ação regressiva contra o bombeiro militar responsável, nos casos em que se constate ter havido dolo ou culpa.

§ 1º - Caberá a ação de regresso contra o bombeiro militar somente nos casos em que pós-ressarcido o dano causado ao particular pelo Corpo de Bombeiros, ficar provado que o bombeiro militar agiu com dolo ou culpa. Tal ocorrerá se tiver praticado o ato lesivo sabedor que o mesmo era desnecessário para a proteção de um determinado bem jurídico, ou se for negligência, imprudência ou imperícia tiver ocasionado um dano evitável.

§ 2º - A ação regressiva só poderá ser proposta após o Corpo de Bombeiros ter ressarcido à vítima em sentença judicial, sendo esta condição indispensável à propositura da ação.

De acordo com o regimento supracitado, deve restar provado que o bombeiro militar agiu com dolo ou culpa, em consonância com a legislação e a doutrina. Nesse diapasão, Gasparini (2012, p. 298) afirma que “a responsabilidade civil do servidor público é a que decorre da prática ou da omissão, dolosa ou culposa, de atos e fatos que lhe são atribuídos e que causaram um dano à entidade a que se liga ou a terceiro”.

Sabe-se que a teoria da responsabilidade patrimonial com culpa apresentou progresso quando comparada à teoria da irresponsabilidade do Estado conforme visto no primeiro capítulo deste trabalho, porém, ainda não atendia os ideais de justiça. Por conta disso, buscou-se centralizar a obrigação de indenizar na culpa do serviço. De acordo com Gasparini (2012, p. 1.127) “ocorria a culpa do serviço sempre que este não funcionava (não existia, devendo existir), funcionava mal (devendo funcionar bem) ou funcionava atrasado (devendo funcionar em tempo)”.

Sobre essa teoria, Meirelles (2016, p. 781) teceu o seguinte comentário:

A teoria da culpa administrativa representa o primeiro estágio da transição entre a doutrina subjetiva da culpa civil e a tese objetiva do risco administrativo que a sucedeu, pois leva em conta a falta do serviço para dela inferir a responsabilidade da Administração. É o estabelecimento do binômio falta do serviço-culpa da Administração. Já aqui não se indaga da culpa subjetiva do agente administrativo, mas perquire-se a falta objetiva do serviço em si mesmo, como fato gerador da obrigação de indenizar o dano causado a terceiro. Exige-se, também, uma culpa, mas uma culpa especial da Administração, a que se convencionou chamar de culpa administrativa.

Desse modo, havia a culpa do serviço e conseqüentemente a obrigação do Estado em indenizar o dano causado nas seguintes hipóteses (GASPARINI, 2012, p. 1.127):

a) devesse existir um serviço de prevenção e combate a incêndio em prédios altos e não houvesse (o serviço não funcionava, não existia);

- b) o serviço de prevenção e combate a incêndio existisse, mas ao ser demandando ocorresse uma falha, a exemplo da falta d'água ou do emperramento de certos equipamentos (o serviço funcionava mal);
- c) o serviço de prevenção e combate a incêndio existisse, mas chegasse ao local do sinistro depois que o fogo consumira tudo (o serviço funcionou atrasado).

Como essa teoria ainda deixava a desejar quanto aos anseios de justiça, surgiu a teoria da responsabilidade patrimonial sem culpa, conhecida também por teoria da responsabilidade patrimonial objetiva, teoria do risco administrativo, ou, somente por teoria objetiva, conforme já explicitado ao longo deste trabalho.

De acordo com Gasparini (2012) no cenário jurídico de todos os Estados ainda estão presentes as teorias da culpa administrativa e do risco administrativo, sendo descartadas as teorias da irresponsabilidade e do risco integral. Para este autor, a teoria da culpa administrativa é aplicável, por exemplo, para responsabilizar o Estado por danos decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, contudo, frisa-se que em função de sua omissão quando a lei impõe-lhe comportamento diverso, ou seja, deveria agir e o Estado é omissor. Já a teoria do risco administrativo é aplicável no demais casos nos quais ocorre ação do Estado.

O entendimento dos juízes pelo país afora sobre a responsabilidade do Estado, em eventos que ocorrem sinistros, ainda são divergentes, ora entendendo havê-la, ora entendendo pela não incidência, a depender do caso concreto. Abaixo seguem alguns trechos de reportagens sobre o assunto:

**STJ vai definir responsabilidade de município no incêndio do Canecão Mineiro em 2001**

[...]

O juiz considerou “indubitável a responsabilização do município de Belo Horizonte pelo lamentável acidente, pois não exerceu seu 'poder de polícia' de fiscalizar o estabelecimento denominado 'Canecão Mineiro', deixando-o funcionar sem as adequações necessárias de segurança, infringindo Lei Orgânica do Município” (MIGALHAS, 2014). [grifo nosso]

**Estado é isento de culpa, mas empresa é condenada por incêndio na boate Kiss.**

[...]

“A irrelevância jurídica da conduta omissa da Administração Pública pode ser comprovada pelo seguinte exercício de lógica: mesmo que tivesse havido fiscalização eficiente, mesmo que a Boate Kiss funcionasse com todos os alvarás válidos e cumprisse todas as exigências legais, não há garantia alguma de que o incêndio não teria acontecido, e nem que teria menores proporções. Por outro lado, há certeza absoluta de que se não tivesse sido utilizado o artefato pirotécnico pela banda dentro do estabelecimento de diversão o evento fatídico não teria ocorrido”, escreveu a juíza.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já firmou jurisprudência no

sentido de que, mesmo que o estado possua o dever de fiscalizar a condução de veículos de via terrestre, não possui o dever de indenizar eventual dano causado por motorista que dirige, em razão de fiscalização ineficiente, sem habilitação, justamente por haver rompimento do nexo de causalidade. (CONSULTOR JURÍDICO, 2015). [grifo nosso]

A Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao proferir decisão no REsp 1.040.895-MG, tendo como relator o Ministro Luiz Fux, julgado em 01/06/2010, entendeu que havendo o rompimento de nexo de causalidade entre o incêndio e a falha na fiscalização do Estado, não resta caracterizada a responsabilidade civil deste (BRASIL, 2010):

#### RESPONSABILIDADE. ESTADO. INCÊNDIO.

Trata-se de ação indenizatória por danos morais e materiais manejada em face de município em razão de incêndio em estabelecimento destinado a shows, o que ocasionou a morte do marido e pai dos autores. In casu, o tribunal de origem entendeu tratar-se de responsabilidade subjetiva do Estado por conduta omissiva, porquanto uma fiscalização efetiva por parte dele teria obstado a realização do evento sem as devidas medidas preventivas. Daí, o especial interposto pelo município, discutindo, entre outros temas, a violação dos arts. 186 e 947 do CC/2002 e alegando a ausência do nexo de causalidade; não havendo, portanto, que se aduzir a responsabilidade municipal no acidente. Destacou o Min. Relator que, a jurisprudência deste Superior Tribunal tem se posicionado no sentido de que, em se tratando de conduta omissiva do Estado, a responsabilidade é subjetiva, devendo ser discutida a culpa estatal. Isso porque, na seara de responsabilidade subjetiva do Estado por omissão, é imprescindível comprovar a inércia na prestação do serviço público, bem como demonstrar o mau funcionamento do serviço, para que seja configurada a responsabilidade. No entanto, além da perquirição da culpa do agente, há de se verificar o nexo de causalidade entre a ação estatal (comissiva ou omissiva) e o dano. No caso dos autos, o dano ocorrido - incêndio em casa de shows - não revela nexo de causalidade entre a suposta omissão do Estado, porquanto a causa dos danos foi o show pirotécnico realizado por banda de música em ambiente e local inadequados, o que não enseja responsabilidade do município se sequer foram impostas por ele exigências insuficientes ou inadequadas, ou na omissão de alguma providência que se traduza como causa eficiente e necessária do resultado danoso. Dessarte, o evento danoso não decorreu de atividade eminentemente estatal, mas sim de ato de particulares estranhos à lide. Dessa forma, as razões expostas no decisum recorrido revelam o descompasso entre o entendimento do tribunal local e a circunstância em que o evento ocorreu por ato exclusivo de terceiro, não havendo nexo de causalidade entre a omissão estatal e o dano ocorrido. Nesse panorama, ressaltou ainda o Min. Relator que a situação não desafia o óbice da Súm. n. 7-STJ, pois não se trata de reexame do contexto fático probatório, mas de valoração dos critérios jurídicos concernentes à utilização da prova e à formação da convicção ante a distorcida aplicação pelo tribunal de origem de tese consubstanciada na caracterização da responsabilidade civil do Estado. Diante do exposto, a Turma deu provimento ao recurso.

Considerando o entendimento da Primeira Turma do STJ e a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, depreende-se que mesmo ocorrendo

falha do bombeiro militar na fiscalização de uma edificação, seja por ação ou omissão, a responsabilidade civil não caberá ao Estado e consequentemente ao bombeiro, se o incêndio foi provocado por terceiro. É que nessa hipótese, o entendimento é que o nexo causal é rompido e o Estado não pode arcar por atos alheios.

Portanto, conclui-se que haverá a responsabilidade civil do bombeiro militar ao fiscalizar uma edificação quando sua ação ou omissão, com dolo ou culpa, for fato exclusivo que origina o dano a terceiro, dano este que pode ser um incêndio com perda patrimonial e humana, uma lesão corporal e outros.

De acordo com o Decreto n. 21.425 (RONDÔNIA, 2016), retromencionado, vários são os procedimentos do bombeiro militar, atuante na atividade técnica, que o sujeita a responder civilmente, sem olvidar das esferas criminal e administrativa, dentre estes citamos: emissão de AVCIP sem realizar a vistoria técnica devida, emissão de AVCIP contendo irregularidades no PPCIP, emissão de AVCIP mesmo sendo constatadas irregularidades na edificação que comprometam a segurança contra incêndio e pânico, deixar de embargar obra irregular quanto às normas de segurança contra incêndio e pânico, deixar de interditar edificação irregular quanto às normas retromencionadas e diversas outras hipóteses contrárias à legislação vigente.

### 3.1 AÇÃO REGRESSIVA CONTRA O BOMBEIRO MILITAR

Aquele que causa um dano, agindo com dolo ou culpa, tem o dever indenizar a vítima. Por outro lado, aquele que paga o prejuízo causado por terceiro, em razão de estar coobrigado por disposição legal, tem o direito de ser ressarcido por este. (GASPARINI, 2012). “Fica, assim, excluída somente a possibilidade de haver ação regressiva dos pais contra os filhos menores e dos tutores, curadores e educadores contra os incapazes que não puderem privar-se do necessário” (GONÇALVES, 2012, p. 127).

Ao Estado é assegurado o direito de regresso contra seus agentes, conforme prescrito na Constituição Federal (art. 37, § 6º) e no Código Civil (art. 43). A ação regressiva possui rito ordinário, possibilita que o Estado obtenha o valor que desembolsou à custa do patrimônio do agente público causador do dano direto. Vale dizer que não é cabível essa ação quando o agente público não agiu com dolo ou



culpa (GASPARINI, 2012).

Desse modo, após a sentença que condena o Estado a indenizar terceiro, transitar em julgado e após o pagamento desta indenização, a ação regressiva deve ser interposta. Isso porque só após esses eventos é que se consumará o efetivo prejuízo. A ação regressiva possui os seguintes requisitos: a) a condenação do Estado a indenizar por ato lesivo de seu agente; b) o pagamento devido e c) a conduta lesiva, com dolo ou culpa, do agente público. Nos termos do art. 37, § 5º da Constituição Federal o direito ao regresso é imprescritível (GASPARINI, 2012).

Essa ação pode ser ajuizada em desfavor do agente público ou, na sua ausência, contra seus herdeiros ou sucessores. Também pode ser ajuizada após o afastamento do agente público. Vale lembrar que esse procedimento pode ocorrer na esfera administrativa, sendo chamado o agente público a recompor o prejuízo que sua ação, culposa ou dolosa, gerou ao Estado (GASPARINI, 2012).

Caso haja um acordo, o agente público pode efetuar o pagamento de uma só vez ou parcelar este conforme for acordado, sendo descontadas as parcelas em folha, até que seja satisfeito o montante (GASPARINI, 2012). No Estado de Rondônia, a lei n. 1.352, de 09 de julho de 2004, que instituiu na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado, o processo administrativo por danos ao erário, estabelece que as parcelas mensais podem ter o valor de até 10% da remuneração ou provento do militar (RONDÔNIA, 2004):

Art. 4º A responsabilidade civil decorre de procedimento doloso ou culposos que importe em prejuízo do patrimônio do Estado ou terceiros.  
§ 1º A indenização pelos prejuízos causados à Fazenda Pública pode ser liquidada através de desconto em folha, em parcelas mensais até a décima parte da remuneração ou provento.

Gonçalves (2012, p. 430), lembra que:

Nos casos de estrito cumprimento do dever legal, em que o agente é exonerado da responsabilidade pelos danos causados, a vítima, muitas vezes, consegue obter o ressarcimento do Estado, já que, nos termos do art. 37, § 6º, da Constituição Federal, “as pessoas jurídicas de direito público responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros”. E o Estado não terá ação regressiva contra o funcionário responsável (só cabível nos casos de culpa ou dolo), porque ele estará amparado pela excludente do estrito cumprimento do dever legal.

Em relação à prescrição do direito de exigir indenização do Estado, por danos provocados por seus agentes, o art. 1º-C da Lei Federal n. 9.494, de 10 de setembro

de 1997, estabelece o prazo de cinco anos. Entretanto, a jurisprudência do STJ é no sentido de que, após a vigência do Código Civil de 2002, deve ser considerado o prazo prescricional de três anos (art. 206, § 3º, inciso V) para ajuizamento de ações indenizatórias contra a Fazenda Pública (GASPARINI, 2012).

Diante do exposto, constata-se que o bombeiro militar pode vir a sofrer os efeitos da ação regressiva, quando restar provado que foi o agente causador do dano e afastadas as hipóteses de excludente de ilicitude (legítima defesa, exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal) e, portanto, poderá ser condenado a reembolsar o Estado na forma da lei.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise do alcance do instituto da responsabilidade civil em relação ao bombeiro militar, no exercício do seu ofício de fiscalizar edificações quanto às medidas de segurança contra incêndio e pânico. Além disso, permitiu uma análise sobre o serviço de atividades técnicas desempenhado pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia – CBMRO.

Constatou-se que é cabível atribuir a responsabilidade civil ao bombeiro militar quando, de modo exclusivo, a sua ação, seja ela dolosa ou culposa, gerar danos a terceiros no que tange à falha na fiscalização de uma edificação.

Quanto às questões legais atinentes às atividades técnicas desempenhadas pelo bombeiro militar, constatou-se que no âmbito do CBMRO, a matéria é regida pela lei n. 3.924, de 17 de outubro de 2016, sendo esta regulamentada pelo Decreto n. 21.425, de 29 de novembro de 2016 e também pelas Instruções Técnicas emitidas pela Corporação.

Dentre os requisitos para a atribuição ou não da responsabilidade civil ao bombeiro militar, foi constatado que este agente público somente arcará com o ônus da responsabilidade quanto aos danos, quando sua ação for a única a dar causa ao acontecimento. Entretanto, para que isso aconteça, os requisitos da ação regressiva devem ser preenchidos, são eles: a condenação do Estado a indenizar por ato lesivo de seu agente; o pagamento devido e a conduta lesiva, com dolo ou culpa, do agente público. Conforme fundamentação constitucional demonstrada no presente trabalho, a ação regressiva é imprescritível.

Quanto ao direito de exigir indenização do Estado, por danos provocados pelos seus agentes, ficou comprovado que a jurisprudência do STJ é consoante aos termos do art. 206, § 3º, do Código Civil vigente, ou seja, considera-se o prazo prescricional de 03 (três) anos para o ajuizamento de ações dessa natureza.

Portanto, de acordo com a legislação, doutrina e decisões judiciais aludidas ao longo do trabalho, conclui-se que não basta somente que o bombeiro militar tenha agido com dolo ou culpa ao fiscalizar uma determinada edificação, que eventualmente sofra um sinistro; é necessário também que essa falha na fiscalização seja determinante para que o evento aconteça, caso contrário, sendo terceiro o agente causador do dano, o Estado será eximido da responsabilidade e, conseqüentemente, o bombeiro militar, em que pese tenha falhado no exercício de sua função pública.

Constatou-se que o CBMRO não possui um manual de vistoria técnica e de análise de projetos, ferramenta importante para a padronização da atividade no âmbito da Corporação.

Levando em consideração este estudo, sugere-se como futura evolução desta pesquisa, a abordagem pragmática junto aos bombeiros militares, investigando se esses profissionais da segurança pública possuem conhecimento técnico-jurídico suficiente para saber lidar com as diversas situações que o serviço de atividades técnicas lhes sujeitam.

Sugere-se também que o CBMRO crie um manual de análise e um manual de vistoria técnica para que, tanto os bombeiros militares quanto os engenheiros e arquitetos, saibam detalhadamente quais aspectos são observados na análise do PPCIP e no ato da vistoria técnica, evitando assim o subjetivismo e obtendo uma padronização no serviço de atividades técnicas da Corporação.

## REFERÊNCIAS

BOENO, Bruna Katiane. **A responsabilidade civil do Estado pela tragédia ocorrida na boate Kiss**. 2014. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

BRASIL. Constituição Federal da República Federativa do Brasil, de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em: 13 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 13.425, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 mar. 2017. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13425.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13425.htm)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1.040.895-MG. **Informativo de Jurisprudência**. Informativo n. 0437. Período: 31 de maio a 4 de junho de 2010. Primeira Turma. Rel. Min. Luiz Fux. Brasília, DF, 01 jun. 2010. Disponível em: <<https://ww2.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?acao=pesquisar&livre=responsabilidade+e+Estado+e+inc%EAndio&operador=e&b=INFJ&thesaurus=JURIDICO>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ. **Portaria n. 037, de 22 de março de 2004**. Aprova as Instruções Gerais do Regimento Interno da Corporação (IG 03-2004). Disponível em: <[http://www.cb.ce.gov.br/html/coletanea/coletanea\\_html/coletaneaportaria\\_037\\_2004.html](http://www.cb.ce.gov.br/html/coletanea/coletanea_html/coletaneaportaria_037_2004.html)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Histórico do CBMRO**. 2011. Disponível em: <<http://www.cbm.ro.gov.br/conteudo.asp?id=154>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Resolução n. 079 – CRH, de 24 de março de 2014**. Dispõe sobre o procedimento especial e simplificado dado às microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais que se enquadrarem como risco baixo de acordo com a Resolução nº 29 do CGSIM.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Instrução Técnica N. 01/2017 - Procedimentos Administrativos**. Disponível em: <<http://www.cbm.ro.gov.br/imagens-editor/File/IT18-05-2017/IT%20n%2001%20-%20PROCEDIMENTOS%20ADMINISTRATIVOS.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA. **Leis, Decretos e Instruções técnicas**. Disponível em: <<http://www.cbm.ro.gov.br/conteudo.asp?id=251>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: responsabilidade civil**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. v.3.

GASPARINI, Diógenes. **Direito Administrativo**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: responsabilidade civil**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. v.4.

GONSALEZ, Alexandra. **Especialista em segurança contra incêndios em edificações fala sobre a Lei Kiss**. Disponível em: <<http://construcaomercado17.pini.com.br/negocios-incorporacao-construcao/194/artigo382647-1.aspx>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

LAZZARINI, Álvaro. **Direito Administrativo e Prevenção de Incêndio**. Rio de Janeiro. 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/44644/47634>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

MAUS, Álvaro. **Segurança contra sinistros: Teoria Geral**. Santa Catarina. 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes; BURLE FILHO, José Emmanuel. **Direito administrativo brasileiro**. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

NADER, Paulo. **Curso de direito civil: responsabilidade civil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v.7.

RONDÔNIA. Lei n. 1.352, de 09 de julho de 2004. Institui na Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia o Processo Administrativo por Danos ao Erário. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, RO, 12 jul. 2004. Disponível em: <[https://sapl.al.ro.leg.br/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/3329\\_texto\\_integral](https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/3329_texto_integral)>.

Acesso em: 02 nov. 2017.

RONDÔNIA. Lei n. 2.204, de 18 de dezembro de 2009. Dispõe sobre a Lei Orgânica e Fixação do Efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, RO, 18 dez. 2009. Disponível em: <[https://sapl.al.ro.leg.br/sapl\\_documentos/norma\\_juridica/4885\\_texto\\_integral](https://sapl.al.ro.leg.br/sapl_documentos/norma_juridica/4885_texto_integral)>. Acesso em: 02 nov. 2017

RONDÔNIA. Lei n. 3.924, de 17 de outubro de 2016. Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, RO, 17 out. 2016. Disponível em: <<http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/10/Doe-17-10-2016-1.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

RONDÔNIA. Lei n. 21.425, de 29 de novembro de 2016. Regulamenta a Lei n. 3.924, de 17 de outubro de 2016 que “Dispõe sobre normas de segurança contra incêndio e evacuação de pessoas e bens no Estado de Rondônia e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de Rondônia**, Porto Velho, RO, 17 out. 2016. Disponível em: <[http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/11/Doe-29\\_11\\_2016.pdf](http://www.diof.ro.gov.br/data/uploads/2016/11/Doe-29_11_2016.pdf)>. Acesso em: 02 nov. 2017.

SEITO, Alexandre Itiu (Coord.). **A Segurança Contra Incêndio no Brasil**. São Paulo: Projeto Editora, 2008.

STJ vai definir responsabilidade de município no incêndio do Canecão Mineiro em 2001. **Migalhas**, São Paulo, 13 out. 2014. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI209269,41046-STJ+vai+definir+responsabilidade+de+municipio+no+incendio+do+Canecao>>. Acesso em: 02 nov. 2017.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: responsabilidade civil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. v.4.